Montepio Nacional da Farmácia, A.S.M.

RELATÓRIO E CONTAS

Anuidade de 2025

Cumprindo o estipulado na alínea e) do artigo 39.º dos estatutos do MONAF, vem o Conselho de Administração do MONAF – Montepio Nacional da Farmácia, A.S.M., apresentar o seu Relatório e Contas anual referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025.

Introdução

O MONAF celebrou em 2025 o **quadragésimo aniversário** da sua fundação. A sessão comemorativa realizada no dia 07 de novembro de 2025 na CCIP - Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa serviu também para enaltecer a confiança e o apoio dos nossos associados e a solidariedade que sempre caracterizou a classe farmacêutica.

Este aniversário não foi apenas um momento de comemoração, foi também um momento de renovar compromissos e sobretudo um ponto de partida para o futuro.

Um futuro onde continuaremos a fortalecer laços, a inovar com responsabilidade e a afirmar o papel indelével do MONAF e do setor mutualista na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Assim, por se entender da maior relevância, e para o darmos a conhecer, não só àqueles que por qualquer razão não puderam estar presentes, mas principalmente para todos os nossos associados recuperamos aqui o discurso, no referido evento, do Presidente do Conselho de Administração, Dr. Miguel Silvestre.

"Minhas Senhoras e meus Senhores,

É com profunda alegria, sentido de responsabilidade e orgulho que hoje celebramos os 40 anos de vida do nosso MONAF – Montepio Nacional da Farmácia. Quarenta anos de compromisso, de solidariedade e de visão.

Quatro décadas que representam o percurso de uma instituição nascida do espírito de entreajuda, da consciência profissional e da vontade de garantir que, mesmo depois de terminada a vida ativa, cada um pudesse viver com dignidade, segurança e tranquilidade, garantindo um nível de rendimentos e pensões condigno e adequado ao fim de uma longa carreira contributiva e de trabalho.

Permitam-me começar por dirigir uma palavra de sincero reconhecimento aos fundadores do MONAF – Montepio Nacional da Farmácia, alguns dos quais muito nos honram hoje com a sua presença.

Nos longínquos anos 80, quando ainda poucos falavam de sustentabilidade dos sistemas públicos de pensões, esses colegas tiveram a lucidez e a coragem de antecipar o que se tornaria uma das grandes questões sociais do nosso tempo: a insuficiência da proteção pública face às necessidades reais das pessoas.

Perceberam, com visão e prudência, que a solidariedade profissional podia ser o caminho para criar uma reserva de segurança, um complemento justo e merecido ao esforço de toda uma vida de trabalho.

E foi assim, dessa visão mutualista e desse profundo sentimento de pertença, que nasceu esta Casa: uma instituição que, desde então, tem honrado a confiança dos seus associados e servido com lealdade a comunidade farmacêutica e, mais tarde, os seus familiares e colaboradores.

Hoje, quatro décadas depois, podemos afirmar, com orgulho e com serenidade, que o propósito com que foi fundada se cumpre: mais de 1270 pensionistas recebem já o complemento de reforma assegurado pela nossa mútua. São números que representam mais do que estatísticas. Representam vidas reais, pessoas que podem viver melhor graças à força coletiva que aqui construímos.

Mas a nossa missão não termina aqui.
Vivemos um tempo de mudanças rápidas e exigentes.
O modelo de proteção social enfrenta pressões crescentes: o envelhecimento da população, a diminuição da natalidade e o aumento da esperança de vida colocam enormes desafios à sustentabilidade do sistema público.
A cada ano que passa, torna-se mais evidente a necessidade de reforçar soluções complementares, voluntárias e solidárias que garantam o futuro que todos ambicionamos.

É por isso que iniciámos um novo ciclo na vida da nossa instituição.

Um ciclo em que queremos continuar a modernizar o MONAF, tornando-o cada vez mais próximo, mais digital e mais preparado para servir uma nova geração de associados.

Um ciclo em que procuraremos crescer, rejuvenescendo a nossa base de associados, abrindo as portas não apenas aos farmacêuticos, mas também aos seus familiares, aos colaboradores das farmácias e aos seus núcleos próximos.

A mutualidade é isso mesmo: uma comunidade aberta, onde a confiança e a entreajuda são o verdadeiro capital.

Queremos que os mais jovens compreendam que poupar e prevenir o futuro não é uma questão de desconfiança. É uma atitude de responsabilidade, de autonomia e de liberdade.

Investir na mutualidade é investir em si, mas também nos outros.

É afirmar que acreditamos num modelo de sociedade solidário, capaz de proteger cada um de nós quando mais precisamos.

Sabemos que vivemos tempos incertos.

A evolução demográfica e económica obriga-nos a questionar, com realismo, se o sistema público conseguirá garantir, no futuro, pensões condignas e proporcionais ao esforço contributivo de cada cidadão.

As previsões não são animadoras, mas isso não deve gerar medo, e sim motivação para agir.

As associações mutualistas, como a nossa, representam uma resposta concreta, ética e sustentável a este desafio.

Não substituímos o Estado, mas complementamos o que o Estado já não consegue assegurar plenamente.

E fazemos isso com base num princípio essencial: o de um Regime de Capitalização. Um regime complementar voluntário, onde cada um é responsável pelo reforço da sua própria pensão.

Nesta noite tão simbólica, é com grande honra que contamos com a presença do Senhor Presidente do Conselho Económico e Social, Dr. Luís Pais Antunes, a quem agradeço profundamente ter aceite o nosso convite e que nos brindará já de seguida com a conferência intitulada "Os desafios económicos e sociais da longevidade: a maior e mais silenciosa revolução das sociedades modernas".

A escolha deste tema não poderia ser mais oportuna.

De facto, vivemos mais tempo e isso é uma extraordinária conquista da humanidade.

Mas viver mais exige também repensar as políticas, as prioridades e as instituições que sustentam a nossa vida coletiva.

A longevidade é uma bênção, mas também um desafio, e as mutualidades são parte essencial da resposta a essa nova realidade.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Quarenta anos depois, o Montepio Nacional da Farmácia continua fiel à sua razão de ser: promover a segurança, a solidariedade e o bem-estar dos seus associados.

Somos herdeiros de um legado de confiança, e temos o dever de o projetar para o futuro.

Aos que fundaram esta Casa, o nosso sincero obrigado.

Aos Órgãos Sociais atuais, bem como de mandatos anteriores, que desde sempre colocaram a sua competência e trabalho ao serviço do MONAF, estaremos eternamente gratos.

Aos que hoje a coordenam e trabalham diariamente por ela, o nosso profundo reconhecimento.

E aos mais jovens, o nosso apelo: juntem-se a nós.

Porque a mutualidade não é apenas uma proteção; é um compromisso, é uma forma de estar na vida, é acreditar que juntos somos mais fortes e mais livres.

Celebramos, pois, 40 anos de história, de valores e de pessoas.

E fazemos votos de que os próximos 40 sejam ainda mais férteis em solidariedade, inovação e esperança.

E já que falamos dos próximos 40 anos, permitam-me mencionar o excerto de uma ata do Conselho Fiscal da Associação de Socorros Mútuos União Moitense, de 28 de abril de 1945, aquando da comemoração do seu 50º Aniversário. Passo a citar:

"Ao lembrarmos dos nossos filhos, netos e sócios vindouros existentes à data das comemorações do próximo Centenário que se deve verificar no ano de mil novecentos e noventa e cinco fazemos os seguintes votos:

Primeiro: que nessa data reine paz em todo o Mundo para que essas festas possam ser mais brilhantes, mais alegres e expansivas.

Segundo: que estas coletividades seguindo sempre o ritmo do progresso tenham atingido maior expansão na nobre missão que os seus humildes fundadores idealizaram e sonharam, e como nós continuadores, desejávamos já nesta época verificar.

Terceiro: que essa futura paz e esse progresso tenham incutido melhor compreensão entre os homens, para que se note um maior auxílio mútuo entre toda a humanidade, pela reintegração de todos no mutualismo." Fim de citação.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Que este aniversário seja não apenas uma celebração do que alcançámos, mas também um compromisso renovado com o futuro que queremos construir juntos.

07 novembro de 2025

O ano de 2025 no MONAF

Das Contas

O Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da presente anuidade foram elaboradas de acordo com as exigências legais, normas e formas de apresentação definidas para as entidades do setor não lucrativo (nota 2.1 do Anexo) no qual se enquadra a Instituição.

Conforme registado nas demonstrações financeiras e no Anexo nos pontos respetivos, o EBITDA - Resultado antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos, foi positivo e da ordem dos 85.256,52 euros (o qual compara com os positivos 325.880,51 euros da anuidade de 2024).

O MONAF registou na anuidade **um Resultado Líquido positivo de 59.526,56 euros** (positivo e de 253.619,12 euros em 2024) passando os Fundos Patrimoniais a totalizar **919.736,00 euros**.

As Provisões Matemáticas totalizam agora 84.703.670,73 euros, uma redução de 1.674.183,82 euros, (- 1,9%) face aos 86.377.854,55 euros que se encontravam registados na anuidade transata.

O Anexo ao Relatório de Administração é uma peça importante do Relatório e Contas de cada anuidade e relevante para conhecer devidamente a vida da instituição, a qual se pretende participativa, com envolvimento, empenho e esforço de todos e de cada um na divulgação e dinamização com captação de novos associados e subscrição de novos Planos de Benefícios, reforçando-se o seu crescimento e desenvolvimento sustentável a médio e longo prazo.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Em face das perspetivas futuras e do desempenho do MONAF o Conselho de Administração propõe que do resultado líquido apurado em 2025, positivo em 59.526,56 euros, 2.976,33 euros sejam destinados a Reserva Geral e o valor remanescente, no montante de 56.550,23 euros sejam aplicados em Resultados Transitados.

- Reserva Geral (5%)	2.976,33
- Resultados Transitados (95%)	56.550,23
Total	**59.526,56**

Provisões específicas

Conforme vem sendo referenciado, anualmente, nos Relatórios e Contas da Instituição, desde 2011 que se encontra em vigor, nos termos previstos no, atualmente, artigo 30º do CAM-Código das Associações Mutualistas (Decreto-Lei 59/2018 de 2 de Agosto), um Plano de Equilíbrio Técnico e Financeiro de médio e longo prazo por um período de 25 anos, que foi apresentado e aprovado na Assembleia Geral de 21 de março de 2012, tendo sido deliberado reduzir as Provisões Matemáticas calculadas atuarialmente e inerentes responsabilidades assumidas para com os associados.

Como consequência dessa decisão todos os benefícios contratados e que os associados tinham a 31 de dezembro de 2011, quer em pagamento, quer em formação, foram reduzidos em 23,48%. Por decisão da Direção (atualmente Conselho de Administração), conforme deliberação e poder que lhe foi concedida e ficou expresso na ata dessa Assembleia Geral, a redução das Provisões Matemáticas não teve o respetivo impacto nos benefícios em pagamento aos associados e relativos aos planos que se vencem ou estão em pagamento, dado que o racional e lógica subjacente à implementação desse Programa assentava, e assenta, na fundada expetativa de recuperação dos ativos de cobertura das responsabilidades assumidas perante os associados, com base no desenvolvimento e nos resultados futuros da Instituição.

A execução deste Programa de Equilíbrio Financeiro permitiu que, decorridos catorze anos (2012-2025) desde aquela deliberação, se cumprissem as expetativas e anualmente os objetivos delineados, (com exceção do ano de 2022, pelas razões explicitadas e justificadas no Relatório e Contas dessa anuidade) aumentando progressivamente o grau de cobertura das Provisões Matemáticas constituídas para fazer face às responsabilidades assumidas para com os associados

Assim ao longo destes primeiros catorze anos foi possível recuperar e aumentar o grau de cobertura das referidas Provisões Matemáticas permitindo reduzir a sua insuficiência dos referidos 23,48% para os atuais **7,80%,** um aumento do grau de cobertura de 15,68 pontos percentuais ou, se quisermos em termos absolutos, reforçar as mesmas em 11,02 milhões de euros, passando de 73,68 milhões para 84,70 milhões de euros neste período.

É o que pode ser observado no Relatório Atuarial anual referente às responsabilidades com Planos de Benefícios e no Balanço Técnico Atuarial referente ao exercício de 2025, ambos elaborados por técnica atuarial certificada, independente e externa à Instituição.

	2011	2015	2019	2022	2023	2024	2025
Provisões matemáticas totais	96 292 186	90 846 644	96 456 695	99 250 939	97 867 770	95 233 880	91 865 285
Provisões matemáticas reduzidas	73 679 129	72 532 410	82 964 954	82 654 241	85 011 745	86 377 855	84 703 671
Percentagem de redução das provisões	23,48%	20,16%	14,00%	16,72%	13,14%	9,30%	7,80%

Cumpre aliás realçar e destacar que nunca os associados deixaram de receber integralmente os benefícios por si contratados junto da instituição, o que como se compreende, tem um impacto significativo nas Contas de cada anuidade, reduzindo o ritmo de reforço de provisionamento e prolongando o tempo necessário para a sua completa e total recuperação (os 100% calculados para as Provisões Matemáticas Totais).

São decisões e políticas, conscientemente assumidas, e que não se prevê que tenham que ser alteradas, ajustando e incrementado apenas o esforço de gestão de todos os responsáveis da instituição e requerendo foco e atenção redobrada para garantir uma sã e prudente gestão dos nossos ativos e responsabilidades.

Os Ativos Financeiros do MONAF

O património do MONAF, isto é, os seus ativos financeiros líquidos, investidos e sob gestão no início de 2025, eram de 85,9 milhões de euros, podendo ser observado que a gestão financeira na anuidade gerou um resultado que atingiu os 6,1 milhões de euros representando uma rentabilidade de 7,1% (10,9% em 2024 em 83,3 milhões de euros) conforme resumido no quadro seguinte:

	2025	2024
Perdas por Imparidades	(65 575)	(85 556)
Perdas por Redução de Justo Valor	(3 530 676)	(1 890 659)
Gastos de Financiamento	(18 269)	(70 726)
	(3 614 520)	**(2 046 941)**
Ganhos por Aumento de Justo Valor	7 195 861	8 048 698
Reversões	5 788	7 266
Outros Rendimentos	172 210	529 844
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos	2 347 433	2 532 366
	9 721 292	**11 118 174**
Resultado Gestão Financeira	**6 106 772**	**9 071 233**
Rentabilidade anual sobre os Ativos Financeiros	**7,1%**	**10,9%**

(valores em euros)

À semelhança do ano de 2024, se bem que não ao mesmo nível, foi possível obter um excelente retorno na gestão dos nossos ativos financeiros. É importante ter presente que as políticas de investimento do MONAF, têm uma orientação para diversificação e dispersão de aplicações, pretendendo evitar acumulações de risco e minimizá-lo, reduzir volatilidades evitando qualquer concentração e peso excessivo em qualquer tipo de ativo ou geografia e gerindo o risco de liquidez, em paralelo e simultâneo, com a consolidação de uma carteira de ativos de médio e longo prazo, adequadas ao tipo, maturidade e duração das responsabilidades do MONAF para com os seus associados.

Os benefícios fiscais do Plano I para a Farmácia e colaboradores

Tal como o temos vindo a fazer em todas as anuidades desde a alteração legislativa de 2017, queremos uma vez mais aqui dar nota que investimentos para a reforma através do Plano I do MONAF, "Aposentadoria por tempo de contribuição e invalidez com subsídio por morte" (complemento de reforma) garantem o mesmo tratamento fiscal dos Fundos de Pensões de cariz profissional.

Assim, se a Farmácia ou qualquer outra empresa ou instituição ligada ao setor da saúde o entender, no seu modelo de gestão de recursos humanos, atribuir aos seus colaboradores uma pensão complementar de reforma irá por esta via fiscalmente eficiente, já que as importâncias suportadas com as quotizações do Plano I do MONAF podem ser aceites como custo fiscal e são, portanto, dedutíveis no cálculo do IRC, reduzir o imposto a pagar ao Estado e contribuir para mitigar problemas que no futuro irão surgir, com a incapacidade desse mesmo Estado em garantir o que os seus colaboradores (e os cidadãos de forma genérica) desejariam fosse a sua reforma, garantindo-lhes o nível e qualidade de vida, no mínimo, compatível com o existente até esse momento em que cessam o trabalho e deixam de auferir os correspondentes rendimentos da sua atividade profissional.

Estas contribuições/quotas entregues para os Planos I do MONAF não são, igualmente, sujeitas a TSU (Segurança Social) o que representa por esta via uma poupança de custos de 23,75% para a Farmácia/Sociedade e de 11% para o colaborador que não é sujeito a tributação em sede de IRS no momento das entregas/constituição da sua poupança para a reforma.

E se por algum motivo a Farmácia/sociedade decidir suspender as contribuições, a flexibilidade dos Planos do MONAF e a sua forma de funcionamento permitem que o colaborador possa manter o Plano ativo bastando que se substitua no pagando das quotizações que lhe diziam respeito ou, simplesmente, optando por ficar a aguardar que o valor já entregue e a capitalizar (taxa técnica) comece a ser pago na data da sua reforma sob a forma de renda mensal vitalícia.

Requisitos de admissão a Associados

Como habitualmente, e por ser este Relatório também um meio privilegiado de contacto com os nossos associados, relembramos aqui, à semelhança de que já temos mencionado em outras ocasiões, os requisitos necessários para se poder ser associado da Instituição (art.º 8 dos Estatutos):

Pode ser Associado Efetivo ou Júnior quem satisfaça uma das seguintes condições:

> Farmacêuticos; proprietários ou sócios de sociedades proprietárias de farmácia; colaboradores efetivos de farmácia; cônjuges, ascendentes e descendentes em primeiro grau de associados efetivos, e colaboradores efetivos de instituições do setor farmacêutico e de empresas suas participadas.
>
> Acresce ainda a possibilidade de admissão de qualquer outra pessoa desde que esse potencial associado seja proposto por dois associados efetivos.

Os Associados Júnior, por virtude da sua menoridade, não usufruem da plenitude dos direitos do Associado Efetivo, exercendo os seus direitos e cumprindo as suas obrigações na pessoa do seu representante legal até que, atingindo a maioridade, passem a efetivos não perdendo, no entanto, a sua antiguidade como associado.

Evolução dos associados

Constituído em julho de 1985 o MONAF iniciou a admissão de associados em dezembro de 1986, tendo efetivado até agora um total de 4105 adesões, registando neste período 610 falecimentos, 4 exonerações e procedido à anulação de 12 inscrições, o que se traduz, em termos líquidos no final desta anuidade, em **3479 associados efetivos** sendo que 1253 recebem já rendas vitalícias de aposentadoria, aos quais acrescem 14 beneficiários pensionistas que são cônjuges de associados falecidos, e ainda 2 beneficiários de rendas temporárias.

Das 32 adesões ocorridas nesta anuidade, 4 corresponderam a Farmacêuticos Comunitários, 26 a outras profissões e as restantes 2 adesões a associados juniores, constatando-se que a idade média foi de 39 anos (36 em 2024) refletindo a prossecução dos objetivos de rejuvenescimento do MONAF que se procura e deseja e mais constitui um dos pilares de sustentabilidade da instituição.

Na anuidade registámos o falecimento de 21 associados e, por outro lado, salientamos o início do recebimento da renda vitalícia de aposentadoria por mais 60 associados, dos quais uma por invalidez.

Imagem presença e comunicação

Ao longo da anuidade mantivemos reuniões e/ou contatos com os nossos parceiros institucionais, nomeadamente, com as Instituições Financeiras, Sociedades Gestoras de Ativos e Fundos de Investimento as quais se considera importante aqui destacar:

O Novo Banco, o Banco BIG, o Banco Finantia, a Heed Capital SGOIC, a UBP-Union Bancaire Privée, o Banco Edmond de Rothschild (Luxembourg), o CaixaBank Luxembourg, a Golden Wealth Management, a MFW Global Winners, o Fundo TIIC, a Explorer Investments, a Crest Capital Partners, a Corum Investments, a Core Capital Partners, a Indico Capital Partners, a HCapital, a Horizon Equity Partners, a Oxy Capital e a Biovance Capital Partners.

Na **APM – RedeMut** - Associação Portuguesa das Mutualidades, integramos a lista dos órgãos sociais eleitos para o quadriénio 2022-2025, exercendo a função de 2.º Secretário da Mesa da Assembleia Geral. Já para o quadriénio 2026-2029 integraremos os novos Órgãos Sociais como Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Um ano após a adesão pelo MONAF ao **Serviço de Saúde ao Domicílio,** prestados no âmbito RedeMut (Rede Mutualista de Saúde das Associadas que compõem a Associação Portuguesa de Mutualidades), já aderiram a estes Serviços de Saúde ao Domicílio 285 associados da Instituição.

A importância deste serviço, sem custos na adesão, permite a todos os associados do MONAF, um acesso mais rápido e cómodo a cuidados de saúde primários de qualidade a um preço acessível e sustentável, como alternativa às redes privadas e em complementaridade com o Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Este Serviço funciona a nível nacional, todos os dias do ano, 24 horas por dia com consultas de clínica geral ao domicílio com copagamento de 15 euros; vídeo-consultas de clínica geral (gratuitas), em alternativa às consultas ao domicílio; transporte de urgência ao hospital gratuito, quando determinado pelo médico durante a consulta de urgência; aconselhamento médico telefónico gratuito; fisioterapia ao domicílio com copagamento de 15 euros; e enfermagem ao domicílio, com copagamento de 10 euros.

A disponibilização desse benefício, insiste-se, gratuito para todos os associados, requer apenas o preenchimento de um impresso de adesão com autorização de transmissão dos seus dados pessoais à RedeMut e por via desta às empresas/entidades prestadoras dos serviços.

Como forma de apoio às iniciativas dos estudantes de Farmácia e sensibilização para a realidade da Segurança Social e informação das respostas que o MONAF dispõe, manteve-se a política de donativos concedidos: à APEF – Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácia; à AEFFUL – Associação de Estudantes da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa; à AEFFUP – Associação de Estudantes da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto; ao NEF/AAC - Núcleo de Estudantes de Farmácia da Associação Académica de Coimbra; à UBIPHARMA – Núcleo de Estudantes de Ciências Farmacêuticas da Universidade da Beira Interior; e ao NECiFarm - Núcleo de Estudantes de Ciências Farmacêuticas da Universidade do Algarve.

Estivemos igualmente presentes no AHWS – Atlantic Health Welness Summit, nos dias 10 e 11 de outubro, na Alfândega do Porto, evento que permite fortalecer e incrementar a atividade comercial através do contato direto com os associados e potenciais associados, assim como reforçar a imagem da marca MONAF junto de todos os participantes.

O MONAF como Investidor Social tem colaborado de forma permanente desde 2018 com a Associação Dignitude, no apoio à concretização da sua missão em construir um futuro mais inclusivo e sustentável participando no Programa Abem, que apoia mais de 43.000 beneficiários garantindo o acesso ao medicamento por quem mais precisa.

No referente aos meios digitais a nossa "homepage" www.monaf.pt no ano de 2025 obteve 28.220 visitas (13.102 em 2024) e 69.912 pageviews (43.080 em 2024) mantendo-se atualizada com informação completa sobre os nossos Planos de Benefícios e respetivos simuladores, os aspetos relevantes, notícias e todas as novidades da nossa atividade mantendo-se a acessibilidade aos nossos serviços via e-mail monaf@monaf.pt.

Consignação Fiscal

Uma referência para a importância da Consignação Fiscal e a informação de que, nesta anuidade, recebemos um ofício da Autoridade Tributária informando da transferência de 34.675,73 euros a favor do MONAF, respeitante à consignação fiscal de 0,5% do IRS liquidado em 2023 com base nas declarações anuais de rendimentos de todos os sujeitos passivos de IRS que, nos termos da Lei n.º 16/2001 de 22 de junho, nos escolheram como seu destinatário nessa anuidade.

Agradecemos a todos aqueles que nos deram o privilégio de, num gesto solidário, contribuir para os objetivos associativos do MONAF, relembrando que, tal como na anuidade transata, na sua declaração de rendimentos relativos ao ano de 2025 poderá efetuar essa consignação fiscal a favor

do MONAF – sendo que esta decisão não representa qualquer encargo para si e permite que **1%** do imposto **por si já liquidado e pago** às Finanças, reverta a favor do MONAF (NIF 501733809).

Ainda nos termos da Portaria 298/2013 de 4 de outubro, o contribuinte pode continuar a optar por atribuir à mesma entidade o benefício da dedução à coleta do IRS de 15% do IVA suportado em serviços de manutenção e reparação de automóveis e motociclos, passes sociais, alojamento, restauração, salões de beleza, ginásios e cabeleireiros, entre outros, benefício que manteve o limite de 250 euros por agregado familiar na anuidade de 2025.

EVOLUÇÃO PREVISTA DA ATIVIDADE

Iniciou-se em janeiro de 2025 o mandato dos novos Órgãos Sociais da Instituição imbuídos no espírito e determinação de continuidade no desenvolvimento do trabalho efetuado e na pretensão de garantia de que o MONAF continue a evoluir e modernizar-se, assegurando-se o desenvolvimento sustentado e equilibrado da Instituição.

O trabalho desenvolvido nesta anuidade agora terminada é, evidentemente, o resultado da dedicação e empenho de todos.

O Conselho de Administração continuará a seguir a sua linha de ação pautando a sua atuação por critérios de gestão equilibrados e prudenciais, nomeadamente no que se refere ao património financeiro da Instituição procurando, sempre que possível, continuar a obter rentabilidades positivas na gestão dos seus ativos, com a consequente valorização, solidez e sustentabilidade, por forma a evitar/mitigar que algum evento disruptivo e não expetável nos mercados financeiros afete a normal atividade da Instituição.

Finalizada esta anuidade, e conforme supracitado no parágrafo "Das Contas" constata-se que os resultados obtidos foram positivos, quer ao nível do resultado líquido do exercício, quer ainda no referente ao reforço das provisões matemáticas dos planos de benefícios dos associados, como no Anexo pode ser analisado em pormenor nas rubricas das demonstrações financeiras.

Na vertente comercial as estratégias de comunicação continuarão a incidir e a ter como principal objetivo a divulgação do MONAF junto de todos os farmacêuticos, independentemente da sua área de especialização, sem que tal signifique ou implique uma menor atenção ou captação de novos associados junto de qualquer outra atividade profissional, estatuto laboral, estudantes e outros, conforme se verificou nesta anuidade na qual 81% dos novos associados não eram farmacêuticos.

O rejuvenescimento da nossa base de associados é uma premissa que entendemos como determinante para o desenvolvimento e sustentabilidade da instituição.

É do consenso geral que os sistemas públicos de segurança social enfrentam hoje uma enorme pressão devido ao aumento da esperança de vida, à baixa natalidade e ao fraco crescimento económico, elevando a probabilidade de uma progressiva redução da taxa de substituição das pensões futuras atribuídas pela Segurança Social, transferindo para o cidadão parte da responsabilidade de planear a sua reforma.

O MONAF sendo a segunda maior mutualista do País especializada na área da previdência permite gerar rendimentos maiores ou menores para cada Família, mas certamente adequados e adaptados ao esforço e capacidade de poupança de cada um e de todos os seus associados ao longo do tempo, por forma a "ajudar" a garantir um rendimento real que permita manter o mesmo nível de vida na reforma.

Na continuidade do anteriormente referido no parágrafo "Os benefícios fiscais do Plano I para a Farmácia e colaboradores" iremos continuar a desenvolver contactos e reuniões preferencialmente junto das Farmácias e de entidades do setor farmacêutico para, no âmbito das suas políticas de responsabilidade social e gestão e motivação dos seus recursos humanos, as sensibilizar para a importância de uma política de complementos de reforma para os seus colaboradores.

Por último referir que as farmácias que já aderiram à equiparação fiscal, contribuíram para a admissão de 276 novos associados que subscreveram planos com quotizações anuais que representam cerca de 105 mil euros.

A "revisão" do CAM - Código das Associações Mutualistas

Em 2025, manteve-se a expetativa quanto à publicação da revisão do Código das Associações Mutualistas (CAM), cuja conclusão continua dependente de decisão governamental.

Entretanto, a auditoria do Tribunal de Contas, Relatório de Auditoria 12/2025 2.ª Secção – Processo 20/2018 – AUDIT, sobre a supervisão das associações mutualistas veio clarificar vários aspetos relevantes para o MONAF no âmbito do regime transitório iniciado em 2018.

O Tribunal registou que o MONAF não apresentou o plano de convergência exigido pela ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, justificando essa impossibilidade com a sua reduzida dimensão e com os recursos financeiros e humanos disponíveis, posição que foi comunicada pela ASF à DGSS - Direção-Geral da Segurança Social. Mas clarifique-se que o MONAF o apresentou de facto à ASF e foi esta instituição que considerou que o Plano de Convergência não cumpria o que ela própria concebeu e desenhou como adequado, considerando que seria, talvez, adaptado e formatado para a atividade seguradora, mas não para a nossa atividade mutualista.

O relatório evidencia ainda que a DGSS e o Governo reconhecem que o regime previsto no CAM não se adequa às características e capacidades das associações mutualistas, admitindo a necessidade de ajustamentos normativos no âmbito da revisão em curso.

O Tribunal assinala igualmente que, na ausência de planos de convergência, os poderes atribuídos à ASF durante o período transitório ficaram limitados ao registo e verificação dos responsáveis de funções-chave, não permitindo o exercício das restantes competências previstas no diploma.

Para o MONAF, estas conclusões confirmam o que temos vindo a referir desde a entrada em vigor do "novo" CAM em 2018, ou seja, a necessidade de um enquadramento regulatório proporcional e exequível, que permita a adaptação efetiva das mutualistas ao novo modelo de supervisão, salvaguardando simultaneamente os interesses dos associados e a estabilidade institucional.

Aguardamos assim na expetativa a publicação da revisão do CAM.

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

O MONAF não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras Entidades públicas, conforme divulgado no Anexo.

AGRADECIMENTOS

A colaboração ativa, competente e dedicada dos membros do Conselho Fiscal, da Mesa da Assembleia Geral, dos nossos Consultores, Auditores e Colaboradores da Instituição constituiu um fator determinante da consecução dos objetivos delineados e do desenvolvimento registado na anuidade em apreciação.
A todos uma palavra de reconhecimento pela colaboração prestada.

Não pode ainda deixar de ser destacado o apoio prestado pela Associação Nacional das Farmácias, a quem a Administração renova o mais sincero agradecimento.

Também uma mensagem de apreço às Instituições Financeiras, Bancárias, Seguradoras e outros parceiros com os quais mantemos relações Institucionais e que nos têm honrado com a sua colaboração.

Montepio Nacional da Farmácia, A.S.M.

Demonstrações Financeiras

MONAF - Montepio Nacional da Farmácia, A.S.M.

BALANÇO

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2025	31/12/2024
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	37 850,83	1 864,49
Activos intangíveis	8	338,68	-
Investimentos financeiros	9	80 460 827,65	90 653 027,43
Associados	10	131 609,96	117 403,56
		80 630 627,12	90 772 295,48
Activo corrente			
Associados	10	491 421,90	503 438,03
Outros créditos a receber	12	1 288 734,78	1 057 493,44
Diferimentos	13	29 912,23	7 558,26
Caixa e depósitos bancários	14	10 198 001,38	2 371 565,10
		12 008 070,29	3 940 054,83
Total do Activo		**92 638 697,41**	**94 712 350,31**
FUNDOS PATRIMONIAIS	15		
Fundos		247 500,00	247 500,00
Reservas		30 635,48	17 954,52
Resultados transitados		582 073,96	341 135,80
Resultado líquido do período		**59 526,56**	**253 619,12**
Total dos Fundos Patrimoniais		**919 736,00**	**860 209,44**
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões específicas	16	84 703 670,73	86 377 854,55
Financiamentos obtidos	17	22 776,53	-
		84 726 447,26	**86 377 854,55**
Passivo corrente			
Fornecedores	18	4 452,24	9 796,26
Estado e outros entes públicos	11	19 893,16	16 464,66
Associados	10	78 701,75	107 175,93
Financiamentos obtidos	17	3 763,72	-
Diferimentos	13	68,22	240,98
Outras dívidas a pagar	12	6 885 635,06	7 340 608,49
		6 992 514,15	**7 474 286,32**
Total do Passivo		**91 718 961,41**	**93 852 140,87**
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		**92 638 697,41**	**94 712 350,31**

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Paula Alexandra Soares Só

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Raquel Sampaio

Sónia Pscuso

MONAF - Montepio Nacional da Farmácia, A.S.M.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Vendas e serviços prestados	19	6 851 598,13	4 840 501,30
Quotizações		6 675 202,50	4 662 562,15
Plano I		2 481 964,13	1 762 675,32
Plano II		2 461,30	2 482,08
Plano III		4 754,69	5 330,29
Plano V		1 618 884,99	1 675 528,96
Plano VI		2 567 137,39	1 216 545,50
Plano VII		-	-
Jóias		-	-
Receitas Administrativas e outras		176 395,63	177 939,15
Fornecimentos e serviços externos	20	(478 039,46)	(392 532,61)
Gastos com o pessoal	21	(397 091,22)	(389 312,21)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	5 788,36	7 265,92
Provisões específicas (aumentos/reduções)	16	1 674 183,82	(1 366 109,97)
Outras imparidades (perdas/reversões)	9	(65 575,12)	(85 556,00)
Aumentos/Reduções de justo valor	9	3 665 185,17	6 158 039,76
Outros rendimentos	22	2 519 642,40	3 062 209,69
Outros gastos	23	(13 690 435,56)	(11 508 625,37)
Plano I		(5 596 572,27)	(5 418 469,93)
Plano II		(34 057,26)	(33 076,92)
Plano III		-	-
Plano V		(2 349 405,44)	(2 301 549,96)
Plano VI		(4 932 894,84)	(3 424 309,97)
Plano VII		(1 729,44)	(3 689,17)
Outros		(775 776,31)	(327 529,42)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		**85 256,52**	**325 880,51**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7 / 8/ 24	(5 002,86)	(824,37)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		**80 253,66**	**325 056,14**
Juros e gastos similares suportados	25	(18 268,93)	(70 725,94)
Resultado antes de impostos (EBT)		**61 984,73**	**254 330,20**
Imposto sobre o rendimento do período	11	(2 458,17)	(711,08)
Resultado líquido do período		**59 526,56**	**253 619,12**

A CONTABILISTA CERTIFICADA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MONAF - Montepio Nacional da Farmácia, A.S.M.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DE 2024

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas		Notas	Fundos	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição em 01-01-2024	1	15	**247 500,00**	**-**	**-**	**359 090,32**	**606 590,32**	**606 590,32**
Alterações no período								
Aplicação de Resultados do exercício anterior			-	17 954,52	341 135,80	(359 090,32)	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			-	-	-	-	-	-
	2		-	**17 954,52**	**341 135,80**	**(359 090,32)**	-	-
Resultado líquido do período	3					253 619,12	253 619,12	253 619,12
Resultado integral	4=2+3					**253 619,12**	**253 619,12**	**253 619,12**
Operações com Instituidores no Período								
	5		-	-	-	-	-	-
Posição em 31-12-2024	6=1+2+3+5	15	**247 500,00**	**17 954,52**	**341 135,80**	**253 619,12**	**860 209,44**	**860 209,44**

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DE 2025

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas		Notas	Fundos	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição em 01-01-2025	6	15	**247 500,00**	**17 954,52**	**341 135,80**	**253 619,12**	**860 209,44**	**860 209,44**
Alterações no período								
Aplicação de Resultados do exercício anterior			-	12 680,96	240 938,16	(253 619,12)	-	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			-	-	-	-	-	-
	7		-	**12 680,96**	**240 938,16**	**(253 619,12)**	-	-
Resultado líquido do período	8					59 526,56	59 526,56	59 526,56
Resultado integral	9=7+8					**59 526,56**	**59 526,56**	**59 526,56**
Operações com Instituidores no Período								
	10		-	-	-	-	-	-
Posição em 31-12-2025	11=6+7+8+10	15	**247 500,00**	**30 635,48**	**582 073,96**	**59 526,56**	**919 736,00**	**919 736,00**

A CONTABILISTA CERTIFICADA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MONAF - Montepio Nacional da Farmácia, A.S.M.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de associados		3 881 785,87	3 356 153,77
Pagamentos de apoios		(9 467 784,60)	(9 013 931,42)
Pagamentos a fornecedores		(463 488,50)	(414 072,17)
Pagamentos ao pessoal		(235 466,30)	(226 862,79)
Caixa gerada pelas operações		**(6 284 953,53)**	**(6 298 712,61)**
Outros recebimentos/pagamentos		(659 695,33)	(514 701,00)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		**(6 944 648,86)**	**(6 813 413,61)**
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(3 675,23)	-
Activos intangíveis		(374,08)	-
Investimentos financeiros		(15 593 359,64)	(9 158 830,88)
Outros activos		(3 598 332,68)	(8 058 630,29)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		28 298 132,79	17 232 502,01
Outros activos		3 947 976,67	6 329 467,83
Juros e rendimentos similares		1 751 361,46	2 908 668,42
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		**14 801 729,29**	**9 253 177,09**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		5 800 000,00	10 550 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(5 800 000,00)	(11 930 000,00)
Juros e gastos similares		(19 519,88)	(69 216,78)
Outras operações de financiamento		(11 124,27)	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		**(30 644,15)**	**(1 449 216,78)**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		**7 826 436,28**	**990 546,70**
Efeito das diferenças de câmbio		-	(82,89)
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 371 565,10	1 381 101,29
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14	**10 198 001,38**	**2 371 565,10**

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Paula Alexandra Soares Sá

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Raquel Sampaio

MONAF 46

Anexo ao Relatório e Contas do exercício de 2025

1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

O Montepio Nacional da Farmácia, Associação de Socorros Mútuos, com sede na Rua Marechal Saldanha, n.º 1, em Lisboa, doravante designada por MONAF, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) constituída em 24 de julho de 1985, por escritura pública, folhas 2/6 do livro duzentos e sessenta e um do 1.º Cartório Notarial de Lisboa, publicação em extrato no Diário da República n.º 205, III série, de 6 de setembro de 1985 e n.º 99, III série, de 30 de abril de 1991, registada na Direção Geral da Segurança Social em 5 de maio de 1986 pela inscrição n.º1/86, fls. 162 e 162 verso do Livro 1 das Associações de Socorros Mútuos.

É uma Instituição reconhecida de utilidade pública ao abrigo do disposto no artigo 16º do Código das Associações Mutualistas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 72/90 de 3 de março.

É através essencialmente da quotização dos seus associados que o MONAF prossegue os seus fins no interesse destes e suas famílias regendo-se pelos seus Estatutos e pela Lei.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO ADOTADO

As presentes Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com o previsto no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho e alterado pelo DL n.º 98/20 15, de 2 de junho, passando desta forma a incorporar as disposições relativas às entidades do setor não lucrativo (ESNL) e às microentidades, até então constantes do DL 36A/2011, de 9 de março.

O SNC-ESNL é igualmente regulado pela Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, que aprova os modelos de demonstrações financeiras, pela Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho, que aprova o código de contas específico para as entidades do setor não lucrativo, pelo Aviso n.º 8259/2015, de 16 de julho, que publica a norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do setor não lucrativo, e pelas normas interpretativas.

2.2. INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC QUE, EM CASOS EXCECIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS E DOS RESPETIVOS EFEITOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE ESTAS DAREM UMA IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA DO ATIVO, DO PASSIVO E DOS RESULTADOS DA ENTIDADE

Não existem disposições do SNC-ESNL que tenham sido derrogadas, pelo que as demonstrações financeiras dão uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados do MONAF.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Os valores constantes das Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2024.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas pelo MONAF na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1. Continuidade

O MONAF avaliou, de acordo com a informação de que dispõe e as suas expetativas futuras, a capacidade de prosseguir com o seu negócio tendo concluído pela sua continuidade.

3.1.2. Regime de acréscimo

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3. Consistência de apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro.

3.1.4. Materialidade e agregação

Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras.

3.1.5. COMPENSAÇÃO

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NC-ESNL. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos e abatimentos concedidos.

Os rendimentos e gastos provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida. Estes rendimentos e gastos são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6. INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação é comparável com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NC-ESNL o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação entre períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de apoio aos associados.

De acordo com o permitido pela rubrica 4.15 do Aviso 8259/2015 algumas rubricas da Demonstração de Resultados por natureza foram desagregadas, por forma a evidenciar as Modalidades de Benefícios existentes, proporcionando desta forma informação relevante para uma melhor compreensão do desempenho financeiro da empresa. Foram adequados os comparativos por forma a assegurar a comparabilidade.

3.2. POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida. Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre os proveitos líquidos da alienação/abate e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em duodécimos durante as vidas úteis estimadas.

3.2.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações acumuladas.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Relativamente aos intangíveis com vida útil finita, as respetivas amortizações são calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas.

3.2.3. Custos de empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos em resultados no período em que ocorrem.

3.2.4. Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços ou garantia de benefícios aos associados decorrentes da atividade normal do MONAF. O rédito é reconhecido líquido de eventuais abatimentos e descontos.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos (e outros rendimentos similares) são reconhecidos como outros rendimentos e gastos líquidos quando existe o direito de os receber.

3.2.5. Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando o MONAF tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

3.2.6. Instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o MONAF se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo de aquisição ou ao justo valor.

Nas situações em que o valor escriturado é superior ao valor recuperável, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença. Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Associados e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros ativos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Contrato para conceder empréstimos (deduzidos de eventuais perdas por imparidade);
- Dinheiro;
- Participações financeiras em entidades que não sejam subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas;
- Ativos e passivos financeiros detidos para negociação; e
- Outros ativos ou passivos financeiros que por definição sejam considerados nesta rubrica.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;
- Financiamentos obtidos; e
- Outros passivos financeiros.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

3.2.7. Imposto sobre o rendimento e Imposto do Selo

O MONAF, de acordo com o artigo 10.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) encontra-se isento em sede de IRC em todas as categorias de rendimentos, mediante despacho publicado no Diário da República, III Série, n.º 32, de 7 de fevereiro de 1990.

Encontra-se ainda isento de Imposto do Selo por despacho publicado no Diário da República, I Série n.º 7, de 9 de janeiro de 1985, e pela alínea d) do artigo 6.º do Código do Imposto do Selo (CIS).

3.3. Acontecimentos subsequentes e principais pressupostos relativos ao futuro

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente relevantes.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

4.1. Aplicação inicial da disposição da NC-ESNL com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou com possíveis efeitos em períodos futuros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes da adoção inicial da NC-ESNL.

4.2. Alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou com possíveis efeitos em períodos futuros

Não se praticaram alterações de políticas contabilísticas no decorrer do exercício.

4.3. Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas.

4.4. Erros materiais de períodos anteriores

Não foram identificados ou corrigidos outros erros materiais referentes a exercícios anteriores.

5. Fluxos de Caixa

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem líquidos de descobertos bancários e depósitos a prazo.

O MONAF utilizou o método direto a partir dos registos contabilísticos. Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa em Atividades Operacionais, Atividades de Investimento e Atividades de Financiamento.

As Atividades Operacionais englobam, essencialmente, o recebimento das quotizações dos planos de benefícios subscritos pelos associados, joias de admissão, bem como juros e amortizações de capital referentes aos empréstimos concedidos pelo MONAF aos seus associados, em contrapartida com o pagamento aos associados dos planos e rendas vencidas, concessão de empréstimos bem como pagamentos a fornecedores e pessoal.

As Atividades de Investimento revelam as entradas e saídas dos montantes aplicados e recebidos pelos investimentos efetuados. As Atividades de Financiamento incluem os financiamentos obtidos em contrapartida com juros e despesas relacionadas.

6. Remunerações do Pessoal chave da Gestão

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não são remunerados.

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2025 e em 31/12/2024, os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

	Activo bruto								
	Saldo em 01-01-2024	Aumentos e revalorizações	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2024	Aumentos e revalorizações	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2025
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	37 406,31	-	-	37 406,31
Equipamento administrativo	46 545,10	1 762,96	-	-	48 308,06	3 675,25	(1 299,93)		50 683,38
Outros ativos fixos tangíveis	1 654,51	-	-	-	1 654,51	-	-	-	1 654,51
	48 199,61	**1 762,96**	**-**	**-**	**49 962,57**	**41 081,56**	**(1 299,93)**	**-**	**89 744,20**

	Depreciações acumuladas								
	Saldo em 01-01-2024	Aumentos	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2024	Aumentos	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2025
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	3 896,49	-	-	3 896,49
Equipamento administrativo	45 619,20	824,37	-	-	46 443,57	1 070,97	(1 172,17)		46 342,37
Outros ativos fixos tangíveis	1 654,51	-	-	-	1 654,51	-	-	-	1 654,51
	47 273,71	**824,37**	**-**	**-**	**48 098,08**	**4 967,46**	**(1 172,17)**	**-**	**51 893,37**
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-	-	-	-

	Activos tangíveis								
		Variações				Variações			
	Saldo em 01-01-2024	Activo bruto	Depreciações acumuladas	Imparidades	Saldo em 31-12-2024	Activo bruto	Depreciações acumuladas	Imparidades	Saldo em 31-12-2025
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	37 406,31	(3 896,49)	-	33 509,82
Equipamento administrativo	925,90	1 762,96	(824,37)	-	1 864,49	2 375,32	101,20	-	4 341,01
	925,90	**1 762,96**	**(824,37)**	**-**	**1 864,49**	**39 781,63**	**(3 795,29)**	**-**	**37 850,83**

No presente exercício foi adquirido equipamento administrativo, no valor de 3.675,25 euros e equipamento de transporte, no valor de 37.406,31 euros, num total de 41.081,56 euros.

Foi celebrado um contrato de locação financeira de uma viatura com o Novobanco pelo prazo de 48 meses (vide nota 17) tendo terminado nesta anuidade o contrato de locação operacional da viatura existente que foi entregue à locadora.

Os ativos fixos tangíveis apresentam um valor líquido de depreciações acumuladas de 37.850,83 euros.

8. ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2025 e em 31/12/2024, os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos fixos intangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

	Activo bruto								
	Saldo em 01-01-2024	Aumentos e revalorizações	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2024	Aumentos e revalorizações	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2025
Programas de computador	46 073,12	-	-	-	46 073,12	374,08	-	-	46 447,20
	46 073,12	**-**	**-**	**-**	**46 073,12**	**374,08**	**-**	**-**	**46 447,20**

	Amortizações acumuladas								
	Saldo em 01-01-2024	Aumentos	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2024	Aumentos	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2025
Programas de computador	46 073,12		-	-	46 073,12	35,40	-	-	46 108,52
	45 030,86	**-**	**-**	**-**	**46 073,12**	**35,40**	**-**	**-**	**46 108,52**

	Activos intangíveis								
		Variações				Variações			
	Saldo em 01-01-2024	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Imparidades	Saldo em 31-12-2024	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Imparidades	Saldo em 31-12-2025
Programas de computador	1 042,26	-	-	-	-	374,08	35,40	-	338,68
	1 042,26	**-**	**-**	**-**	**-**	**374,08**	**35,40**	**-**	**338,68**

No presente exercício foram registadas aquisições, num total de 374,08 euros, das quais 271,21 euros em programa Office 2024 para Windows.

Os ativos fixos intangíveis apresentam um valor líquido de depreciações acumuladas de 338,68 euros.

9. INVESTIMENTOS FINANCEIROS E PARTES RELACIONADAS

Durante os períodos findos em 31/12/2025 e em 31/12/2024 os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos investimentos financeiros foram os seguintes:

	Mensuração	VA 31-12-24	Aumentos	Reduções	Regularizações	VA 31-12-25	Justo valor	Imparidades acumuladas	Valor líquido
Participações de capital - Empresas Subsidiárias	MEP	7 000 100,00	-	(100,00)	-	7 000 000,00	-	(775,00)	6 999 225,00
Participação		100,00	-	(100,00)	-	-	-	(775,00)	(775,00)
Empréstimos		7 000 000,00	-	-	-	7 000 000,00	-	-	7 000 000,00
Participações de capital - Empresas Associadas		565 676,41	454 496,69	-	-	1 020 173,10	-	-	1 020 173,10
Participação		236 324,30	10 158,01	-	-	246 482,31	-	-	246 482,31
Empréstimos		329 352,11	444 338,68	-	-	773 690,79	-	-	773 690,79
Participações de capital - Outras Empresas	Custo aquisição	2 459 052,17	3 160 000,00	(3 760 000,00)	-	1 859 052,17	-	(70 356,12)	1 788 696,05
Participação		109 076,00	6 006,00	-	-	115 082,00	-	(5 556,00)	109 526,00
Empréstimos		2 349 976,17	3 153 994,00	(3 760 000,00)	-	1 743 970,17	-	(64 800,12)	1 679 170,05
Acções	Custo aquisição ou Justo valor	345 144,55	-	-	-	345 144,55	(15 955,56)	(303 125,00)	26 063,99
Obrigações	Custo aquisição ou Justo valor	17 669 062,68	1 578 090,00	(10 148 200,00)	(453 231,42)	8 645 721,26	383 846,55	-	9 029 567,81
Carteiras gestão externa	Justo valor	24 350 848,75	4 229 918,39	(7 100 655,14)	-	21 480 112,00	6 123 098,56	-	27 603 210,56
Fundos private equity	Justo valor	27 409 574,58	3 120 000,00	(3 672 897,79)	-	26 856 676,79	3 710 655,34	-	30 567 332,13
Fundos imobiliários	Justo valor	2 000 000,00	-	-	-	2 000 000,00	63 492,06	-	2 063 492,06
Outros Investimentos	Custo aquisição ou Justo valor	964 464,84	-	-	(111 492,70)	852 972,14	58,36	-	853 030,50
Colecções	Custo aquisição	1 091 420,00	-	(282 220,00)	-	809 200,00	-	(299 163,55)	510 036,45
		83 855 343,98	**16 157 001,77**	**(28 724 172,93)**	**(564 724,12)**	**70 869 052,01**	**10 265 195,31**	**(673 419,67)**	**80 460 827,65**

Detalhamos abaixo os movimentos com entidades relacionadas:

	Mensuração	31/12/2024	Aumentos	Reduções	Regularizações	31/12/2025
Participações de capital - Empresas Subsidiárias	MEP					
- Regras Oportunas (100%)						
Participação		100,00	-	(100,00)	-	-
Aquisição		100,00	-	-	-	100,00
MEP		-	-	(100,00)	-	(100,00)
§55 NCRF13		-	-	(775,00)	-	(775,00)
Empréstimos		7 000 000,00	-	-	-	7 000 000,00
Juros estimados (10% composto)		303 013,70	707 095,89	-	-	1 010 109,59
Participações de capital - Empresas Associadas	MEP					
- MENLO SPV (35,09%)						
Participação		236 324,30	10 158,01	-	-	246 482,31
Aquisição		303 258,18	-	-	-	303 258,18
MEP		(66 933,88)	10 158,01	-	-	(56 775,87)
Empréstimos		329 352,11	444 338,68	-	-	773 690,79
Não vence juros		-	-	-	-	-

Participações de capital – Empresas Subsidiárias – Projeto Rua do Agueiro - VNGAIA

Em julho de 2024 o MONAF através de um Contrato de Cessão da Quota que incidiu sobre a totalidade do capital social, no valor de 100,00 euros, passou a ser o sócio único da sociedade REGRAS OPORTUNAS, Lda. O objeto desta sociedade veículo é proceder ao desenvolvimento de um projeto de construção para venda, em regime de propriedade horizontal, mais concretamente de um complexo imobiliário na Rua do Agueiro em Vila Nova de Gaia.

No âmbito do contrato celebrado o MONAF realizou prestações acessórias, que totalizaram 7.000.000,00 euros, os quais se destinaram à aquisição do referido imóvel que passou a ser propriedade da sociedade através de escritura pública realizada no dia 31.07.2024.

Por aplicação do MEP, com referência a 31/12/24, foi reconhecida a perda do valor da participação e constituída uma imparidade, no valor de €775.

Foram reconhecidos no período em análise 707.095,89 euros decorrentes da especialização dos juros sobre as Prestações Acessórias em dívida.

Participações de capital – Empresas Associadas – Projeto Viriato

A constituição desta sociedade tem como objetivo o desenvolvimento de um projeto de aquisição e consolidação de funerárias, com a designação VIRIATO - FUNERÁRIAS PORTUGUESAS, S.A.

Em setembro de 2023 o MONAF subscreveu 1.754.389 ações da categoria A da sociedade MENLO SPV, no valor de 303.258,18 euros, correspondentes a 35,09% do capital social e dos direitos de voto da sociedade.

Foram realizadas, no decorrer do presente exercício, prestações acessórias no valor de 444.338,68 euros. Com referência a 31/12/25 tinham sido realizadas prestações acessórias, no valor de 773.690,79 euros, as quais não vencem juros.

Por aplicação do MEP sobre as contas de 2024 foi reconhecido um ganho de 10.158,01 euros passando o valor da participação a ascender a 246.482,31 euros.

Destacamos relativamente à anuidade de 2025 as seguintes variações nas demais entidades:

Participações de capital – Outras empresas

INVESTAC, SA

Huron Investments,SARL - em novembro de 2019 foi adquirido à sociedade 11,1% do capital da INVESTAC, SA, no valor de 5.556,00 euros e realizados suprimentos de 494.444,00 euros para participação no financiamento do projeto reabilitação do Edifício Álvares Cabral 27 Residence (AC27) em Lisboa.

No final de 2024 foram realizadas as escrituras dos imóveis habitacionais iniciando a sociedade o processo de devolução dos suprimentos tendo MONAF nesta primeira fase sido reembolsado por 104.467,83 euros passando o valor em dívida a 389.976,17 euros.

Em agosto de 2025 a Sociedade efetuou uma nova devolução de capital no valor de 187.976,67 euros, registado como pagamento de juros sobre os suprimentos concedidos em consonância com o que se encontra estabelecido contratualmente. A saída de um Administrador que era o key man deste projecto em finais de 2024 tem dificultado, seriamente, a obtenção de informação sobre a situação económica e financeira, deste projecto que se iniciou em 2019 e que deveria estar concluído há já muito tempo e não tem havido clareza, transparência e fidedignidade na informação que é recebida. O MONAF está a tomar todas as medidas necessárias e relevantes para a defesa dos seus interesses.

IMO4BUILD – Gestão e Consultoria Imobiliária, Lda.

Em janeiro de 2021 foi celebrado um Contrato de Cessão de Quota sobre a sociedade correspondente a 10% do capital, no valor de 1.000,00 euros que conduziu à alteração simultânea do pacto social desta sociedade, ficando esta impossibilitada de vender qualquer imóvel sem expressa deliberação em AG por unanimidade dos sócios.

No âmbito do contrato celebrado o MONAF obrigava-se à realização de suprimentos no valor de 3.200.000,00 euros para construção de 13 moradias (Projeto Vila Nova Parque I). Com referência a 31/12/2025, encontravam-se liquidados capital e juros referentes a suprimentos de 3.000.000 de euros. O valor remanescente de 200.000,00 euros e respetivos juros, foram liquidados em fevereiro de 2026.

Em novembro de 2024 foi celebrado novo contrato referente ao projeto de construção para venda de complexo imobiliário (Projecto Vila Nova Parque II). No âmbito deste projeto o MONAF compromete-se a efetuar suprimentos no montante de 2.060.000,00 euros, tendo sido já sido realizados 860.000,00 euros no decorrer do mês de dezembro.

É uma parceria que está já no quarto projecto desenvolvido em conjunto e todas as condições definidas nos contratos, comprovadamente, salvaguardam os interesses e garantias do MONAF.

MPS – Mútua Portuguesa de Saúde

No 2.º trimestre de 2024 foi formalmente constituída a MPS- Mútua de Seguros, CRL com um capital social de € 4.400.160,00 totalmente subscrito e realizado em dinheiro pelos cooperadores, representado em 73.336 títulos nominativos, dos quais 1.667 títulos, no total de 100.020,00 euros, foram subscritos e realizados pelo MONAF, conforme se encontrava definido e foi aprovado em Assembleia Geral de associados em 14 de dezembro de 2022.

A MPS continua a sua evolução da atividade tendo implementado durante o ano de 2025 ações estratégicas fundamentais para o desenvolvimento do negócio e procedeu a um aumento de capital social sendo que o MONAF não considerou oportuno acompanhar o mesmo na proporção da sua participação inicial diluindo assim, fruto desta decisão, a sua posição societária.

Prateado Reluzente, Lda.

Por via de um coinvestimento com um Fundo de Private Equity concretizado em outubro de 2025 o MONAF adquiriu uma participação de 0,6% (6.006,00 euros) no capital social numa sociedade veículo cujo capital social ascende a 1.000.000,00 euros. No âmbito desta participação foram efetuadas Prestações Suplementares, no valor de 293.994,00 euros as quais não vencem juros. Esta sociedade celebrou um contrato de investimento nos termos do qual adquiriu 27,87% do capital e direitos de voto de uma sociedade de referência no setor alimentar.

Obrigações

	ISIN	Vencimento	VA	JVacum	Cambial	VL
Títulos em euros						
Farminveste SGPS 2025/29	PTFNVEOM0007	05/03/2029	99 995,00	-	n/a	99 995,00
DB 6 3/4 PERP 10/28	DE000DL19WG7	PERP	1 005 760,00	37 930,00	n/a	1 043 690,00
BCPPL FRN 4% 05/32 C	PTBCPGOM0067	17/05/2032	81 500,00	18 500,00	n/a	100 000,00
GVOLT 5,20% 11/27	PTGNVGOM0004	18/11/2027	102 650,00	(2 650,00)	n/a	100 000,00
AFFP 8,125% 05/28 C	FR001400F2R8	31/05/2028	102 275,00	-	n/a	102 275,00
GVOLT 4,65% 02/29	PTGNVKOM0008	14/02/2029	150 000,00	-	n/a	150 000,00
J Mello Capital	Emissão Particular	15/06/2028	1 500 000,00	-	n/a	1 500 000,00
Bacalhôa Tx 7,5% 2023/2033	Emissão Particular	30/06/2033	500 000,00	-	n/a	500 000,00
MIDAS CAPITAL 8% 21/01/2023	Emissão Particular	21/01/2026	100 000,00	-	n/a	100 000,00
JMELLO Flt 01/22/27	PTJLLDOM0016	22/01/2027	104 200,00	(1 450,00)	n/a	102 750,00
FIDELI FRN 09/31 C	PTFIDBOM0009	09/04/2031	95 900,00	4 100,00	n/a	100 000,00
ELOFR 4.875% 12/28 C	FR001400EHH1	08/12/2028	96 622,00	3 378,00	n/a	100 000,00
ROMANI 5,375% 03/31	XS2770920937	22/03/2031	74 862,50	137,50	n/a	75 000,00
PEMEX 4,75% 02/29	XS1824424706	26/02/2029	85 790,00	14 210,00	n/a	100 000,00
FRANCE OAT 0,5% 2040	FR0013515806	25/05/2040	497 600,00	56 416,00	n/a	554 016,00
CRLPL 8 3/8 07/04/27	PTCCCMOM0006	04/07/2027	508 240,00	(8 240,00)	n/a	500 000,00
GAMALF 5,25 10/09/35	PTTRVDOM0008	09/10/2035	102 850,00	(195,00)	n/a	102 655,00
FIDELI 7.75 05/29 PERP	PTFIDAOM0000	PERP	219 400,00	(120,00)	n/a	219 280,00
Títulos em moeda estrangeira						
T 1 7/8 11/15/51	US912810TB44	15/11/2051	2 720 407,60	154 410,92	(250 230,86)	2 624 587,66
T 1 7/8 02/15/51	US912810SU34	15/02/2051	864 459,01	107 419,13	(116 558,99)	855 319,15
			9 012 511,11	383 846,55	-366 789,85	9 029 567,81

Dos movimentos ocorridos no exercício destacamos:

(i) o reembolso de obrigações MIDAS Capital SA, conforme previsto contratualmente, no valor de 100.000,00 euros. Ficam em carteira os 100.000,00 euros remanescentes, com vencimento a 21/01/2026;

(ii) O reforço do investimento em obrigações Bacalhôa Taxa Fixa 7,5% 2023/2033 em 250.000,00 euros passando o mesmo a totalizar 500.000,00 euros;

(iii) Reembolso parcial de 1.000.000,00 euros de obrigações Farminveste IPG 2020/2027 conforme definido contratualmente;

(iv) Venda das obrigações CAJAMA FRN 09/26C e reembolso antecipado das obrigações LLOYDS e CSTRAN49 que se traduziram num ganho de 2.345,00 euros;

(v) Transferência das obrigações FRANCE OAT 0,5% 2040 da carteira Heed Capital SGOIC, para o Novobanco para substituição das garantias bancárias prestadas, 497.600,00 euros, na sequência do reembolso antecipado das obrigações LLOYD 6,375% PERP;

(vi) Transferência das obrigações CRLPL 8 3/8 07/04/27 da carteira Heed Capital SGOIC para o Novobanco para reforço das garantias bancárias prestadas, 508.240,00 euros;

(vii) Venda de 400.000 euros (VN) de obrigações José de Mello Saúde Float 01/22/27. Desta operação resultou um ganho de 1.760 euros;

(viii) Call option das obrigações CMZB 6,125% resultando desta operação uma perda de 1.320 euros;

(ix) Reembolso por opção do emitente das obrigações Farminveste IPG 3,5% 2020/2027 e Farminveste IPG 4,25% 2019/2033, num total de 7.000.000,00 euros;

(x) Aquisição das obrigações FIDELI 7,75% 05/29 PERP, no valor de 219.400,00 euros e GAMALF 5,25% 10/09/35, no valor de 102.850,00 euros.

Carteiras em Gestão externa

As carteiras em gestão através de sociedades gestoras de patrimónios, nacionais e internacionais, encontram-se maioritariamente direcionadas para carteiras de fundos de investimento com um perfil definido para cada um dos operadores, com diferentes graus de risco e volatilidades, assim como peso de ativos em gestão, moedas de investimento e geografias, uns mais conservadores e equilibrados e outros com maior risco e inerente potencial de maior rentabilidade. Destacamos apenas a diminuição da carteira da Union Bancaire Privée em 1.150.000,00 euros.

Fundos Private Equity

Apresentam o seguinte detalhe:

	Compromisso Atual	Capital não realizado	JV Acumulado	Valor Líquido
EXPLORER IV	4 340 114,43	(388 152,52)	366 525,60	4 706 640,03
CREST I - FCR	515 324,32	(199 870,72)	1 126 115,52	1 641 439,84
OXY CAPITAL II FCR	149 048,00	(149 048,03)	615 780,41	764 828,41
INDICO VC FUND I	443 803,00	(30 726,86)	198 868,00	642 671,00
TIIC 2	3 837 072,00	(751 478,41)	341 137,38	4 178 209,38
CREST II - FCR	1 260 000,00	(407 666,66)	862 233,12	2 122 233,12
QUALITAS III	84 834,21	-	42 223,01	127 057,22
QUALITAS IV	80 292,32	-	24 744,18	105 036,50
HORIZON EQ PART II	1 980 577,48	(103 078,77)	637 643,81	2 618 221,29
HCAPITAL II FCR	480 780,00	(23 898,87)	41 310,00	522 090,00
BIZ - GREENPOWER	1 000 000,00	-	199 904,00	1 199 904,00
OXY CAPITAL III FCR	828 928,62	(99 485,61)	638 177,82	1 467 106,44
INDICO OPPORTUNITY FUND I	174 978,00	(75 055,27)	(31 985,00)	142 993,00
CORE CONSOLIDA	1 500 000,00	(422 937,70)	138 900,00	1 638 900,00
OXY CAPITAL LIQUID OPPORTUNITIES B	249 137,12	-	130 647,55	379 784,67
HORIZON GROWTH FUND I	620 000,00	(70 653,68)	25 418,46	645 418,46
BIOVANCE CAPITAL FUND I	500 000,00	(452 128,00)	(18 897,00)	481 103,00
OXY CAPITAL IV FCR	1 250 000,00	(875 111,45)	94 155,34	1 344 155,34
OXY CAP LIQ OPPORTUNITIES CAT DF - VA	250 000,00	-	7 760,00	257 760,00
CREST III - VA	2 500 000,00	(2 446 288,04)	(20 105,00)	2 479 895,00
Outros, em desinvestimento				
EXPLORER II	4 257 012,13	(227 637,69)	(2 865 139,32)	1 391 872,81
EXPLORER III	0,00	-	412 939,78	412 939,78
FUNDO CORE RESTART	60 974,00	n/a	1 037 692,12	1 098 666,12
NOVENERGIA II	378 483,36	n/a	(248 954,44)	129 528,92
ALBATROSS	115 317,80	n/a	(46 440,00)	68 877,80
Total	26 856 676,79	(6 723 218,28)	3 710 655,34	30 567 332,13

Destacamos os seguintes movimentos:

(i) Recebemos uma carta da Sociedade Gestora Explorer Investments, SCR, SA a 25/02/2025, a informar que não serão efetuadas novas chamadas de capital para o Fundo Explorer III, tendo em conta que o período de investimento já terminou e que o fundo não irá necessitar de valores adicionais para fazer face aos seus custos até à sua liquidação.

Neste sentido, procedemos à compensação de saldos entre o valor do investimento e o saldo que correspondia ao montante de investimento ainda a realizar, no valor de 909.575,00 euros;

(ii) Foram efetuadas duas distribuições registadas como redução de capital, com consequente redução de unidades de participação no fundo CREST I, no valor total de 611.875,56 euros;

(iii) O fundo CREST II efetuou um reembolso de capital no montante de 1.240.000,00 euros a que correspondeu uma redução do número de unidades de participação de 250 para 126;

(iv) Reembolso de capital de 519.422,52 euros por parte do fundo HORIZON EQ PART FOLLOW-ON;

(v) Subscrição do fundo CREST III, no valor de 2.500.000,00 euros.

Fundos Imobiliários

Sem variação no período em análise.

Coleção Numismática

Em setembro de 2025 foram alienados 2 lotes de moedas de coleção. Um foi alienado a uma empresa nacional especializada neste tipo de ativos e outro a um investidor privado. Destas operações resultou um ganho de 81.190,39 euros. Continuamos a efectuar uma procura ativa e selectiva de compradores para as moedas que restam do que foi a Coleção de Numismática constituída na década de 90 do século passado e que se considera hoje não ser um ativo estratégico.

Ao nível dos resultados, o impacto das variações de justo valor foi o seguinte:

	2025	2024
Ganhos por aumentos de justo valor		
Acções	26 061,59	10 599,37
obrigações	57 307,00	281 472,93
Carteiras gestão externa	4 074 484,62	2 956 151,84
Fundos Capital Risco - Private Equity	3 038 007,80	4 800 474,17
	7 195 861,01	**8 048 698,31**
Perdas por reduções de justo valor		
Acções	(8 688,00)	(23 203,36)
Obrigações	(21 425,00)	(10 428,60)
Carteiras gestão externa	(1 010 787,44)	(799 769,85)
Fundos Capital Risco - Private Equity	(2 489 775,40)	(1 057 219,08)
Outros	-	(37,66)
	(3 530 675,84)	**(1 890 658,55)**
	3 665 185,17	**6 158 039,76**
Por tipo de activo		
Acções	17 373,59	(12 603,99)
Obrigações	35 882,00	271 044,33
Carteiras gestão externa	3 063 697,18	2 156 381,99
Fundos Capital Risco - Private Equity	548 232,40	3 743 255,09
Outros	-	(37,66)
	3 665 185,17	**6 158 039,76**

As carteiras em gestão externa registaram uma variação líquida de justo valor positiva em 3.063.697,18 euros que se decompõe da seguinte forma:

Carteiras em Gestão externa	Aumentos	Reduções	31/12/2025
Heed Capital - Trading	1 591 966,09	(276 776,39)	1 315 189,70
Heed Capital - Fundos	664 893,17	(124 532,10)	540 361,07
Heed Capital - Obrigações	414 593,89	(8 118,00)	406 475,89
Golden Assets	296 069,99	-	296 069,99
Banco Rothschild	172 617,42	-	172 617,42
Banque Privee BCP Suisse	514 329,00	(350 156,00)	164 173,00
BPI Suisse	129 614,24	(36 656,36)	92 957,88
BIG MACRO FUND	59 463,60	(21 225,21)	38 238,39
MFW EQ A IOP EUR	230 937,22	(193 323,38)	37 613,84
Total	4 074 484,62	(1 010 787,44)	3 063 697,18

Nomeadamente as carteiras Heed Capital SGOIC:

Heed CAPITAL - CARTEIRAS	Aumentos	Reduções	Var.Líq
Heed Capital - Trading	**1 591 966,09**	**(276 776,39)**	**1 315 189,70**
Heed PATRIM LUX	816 143,66	-	816 143,66
NOS	247 375,00	(40 125,00)	207 250,00
SOCIETE GENERALE	143 780,00	-	143 780,00
REN - REDE ENERG	69 750,00	-	69 750,00
ABN AMRO BANK NV	57 697,80	-	57 697,80
DEUSTCHE BANK AG	49 410,00	-	49 410,00
B. BRADESCO ADR	22 042,00	(1 092,10)	20 949,90
AXIA7	15 809,45	-	15 809,45
ELETROBRAS	22 714,22	(7 204,90)	15 509,32
EDP	17 176,32	(2 025,20)	15 151,12
INTEL CORP	15 058,63	(2 451,78)	12 606,85
FLEXDEAL	42 382,90	(30 442,94)	11 939,96
ADM US	8 988,31	(4 078,86)	4 909,45
SAV LN	7 923,04	(3 214,40)	4 708,64
ASML HOLDING NV	7 773,50	(3 150,89)	4 622,61
BNP PARIBAS	4 023,00	(531,00)	3 492,00
VOLKSWAGEN AG	3 482,50	(2 084,18)	1 398,32
MERLIM PROPERTIES	4 781,25	(4 575,00)	206,25
COSAN SA	-	(16 131,29)	(16 131,29)
TEP FP	343,38	(31 037,23)	(30 693,85)
OUTROS - Liquidez	35 311,13	(128 631,62)	(93 320,49)
Heed Capital - Obrigações	**414 593,89**	**(8 118,00)**	**406 475,89**
CMZB 4 1/4 PERP	9 410,00	-	9 410,00
PEMEX 10 02/07/33	6 184,58	-	6 184,58
HSBC 4 3/4 PERP	6 298,00	(3 188,00)	3 110,00
BNP 6 7/8 PERP	6 498,00	(3 994,00)	2 504,00
ELOFR 4 7/8 12/08/28	1 223,20	-	1 223,20
RABOBK 4 5/8 PERPV	612,00	(196,00)	416,00
EGLPL 7 1/4 06/12/28	-	(740,00)	(740,00)
OUTROS - Liquidez	384 368,11	-	384 368,11
Heed Capital - Fundos	**664 893,17**	**(124 532,10)**	**540 361,07**
Magallanes Value	623 060,21	-	623 060,21
Euro BIC Brasil	41 832,96	(124 532,10)	(82 699,14)
OUTROS - Liquidez	-	-	-

Salientamos ainda os fundos de Private Equity que registaram, no cômputo geral, uma variação líquida positiva do justo valor de 548.232,40 euros, assim desdobrados:

Fundos de Private Equity	Aumentos	Reduções	31/12/2025
OXY CAPITAL III FCR	524 841,01	(193 243,00)	331 598,01
HORIZON EQ PART II	465 868,54	(265 698,63)	200 169,91
CORE CONSOLIDA	163 900,00	-	163 900,00
BIZ - GREENPOWER	138 398,00	-	138 398,00
TIIC 2	254 240,00	(131 152,53)	123 087,47
OXY CAPITAL IV FCR	101 848,34	(7 693,00)	94 155,34
OXY CAP LIQ OPPORT B	77 756,24	-	77 756,24
HCAPITAL II FCR	67 577,13	(2 290,00)	65 287,13
Explorer II	36 279,01	(2 303,89)	33 975,12
HORIZON GROWTH FUND I	53 155,78	(37 541,17)	15 614,61
OXY OPPORTUNITY DF	7 760,00	-	7 760,00
QUALITAS III FCR	4 785,61	(1 429,70)	3 355,91
QUALITAS IV FCR	13 394,50	(10 740,82)	2 653,68
BIOVANCE CAP FUND I	724,00	(17 089,00)	(16 365,00)
CREST III	-	(20 105,00)	(20 105,00)
Indico VC Fund I	7 585,00	(29 074,01)	(21 489,01)
INDICO OPPORTUNITY FUND I	-	(29 206,23)	(29 206,23)
Explorer IV	352 990,17	(391 447,20)	(38 457,03)
Explorer III	-	(59 520,22)	(59 520,22)
Oxy Capital II FCR	362 044,41	(430 034,00)	(67 989,59)
Fundo Core Restart	4 789,01	(91 405,39)	(86 616,38)
Crest I - FCR	43 504,59	(152 948,27)	(109 443,68)
Crest II - FCR	356 566,46	(616 853,34)	(260 286,88)
Total	3 038 007,80	(2 489 775,40)	548 232,40

10. ASSOCIADOS

Apresentamos de seguida a decomposição dos saldos devedores dos associados em 31/12/2025:

	2025				
	Quantia nominal	Imparidade	Valor líquido	Corrente	Não corrente
Quotas:					
Plano I a V	93 360,26	-	93 360,26	93 360,26	-
Plano VI	850,00	-	850,00	850,00	-
Plano VII	-	-	-	-	-
Empréstimos	452 677,05	77 540,29	375 136,76	243 526,80	131 609,96
Cobranças	150 239,44	-	150 239,44	150 239,44	-
Rendas vitalícias:					
Plano I e VII	3 445,40	-	3 445,40	3 445,40	-
	700 572,15	**77 540,29**	**623 031,86**	**491 421,90**	**131 609,96**

Apresentamos de seguida a decomposição dos saldos devedores dos associados em 31/12/2024:

	2024				
	Quantia nominal	Imparidade	Valor líquido	Corrente	Não corrente
Quotas:					
Plano I a V	85 257,57	-	85 257,57	85 257,57	-
Plano VI	2 470,00	-	2 470,00	2 470,00	-
Plano VII	-	-	-	-	-
Empréstimos	458 036,67	83 328,65	374 708,02	257 304,46	117 403,56
Cobranças	155 010,55	-	155 010,55	155 010,55	-
Rendas vitalícias:					
Plano I e VII	3 395,45	-	3 395,45	3 395,45	-
	704 170,24	**83 328,65**	**620 841,59**	**503 438,03**	**117 403,56**

Associados

Quotas e cobranças

O valor por receber dos associados relativo a quotas em dívida totalizava 244.449,70 euros, dos quais 94.210,26 euros dizem respeito a quotizações de dezembro de 2025 a cobrar via Banco aos quais acrescem 150.239,44 euros, correspondentes às restantes quotizações em cobrança que não se processam por aquele meio de pagamento.

Empréstimos

A 31 de dezembro de 2025 o número total de associados com empréstimos junto do MONAF totalizava 41 (menos 7 que no período homólogo). O total em dívida ascendia a 452.677,05 euros, representando uma diminuição de 5.359,62 euros (-1,17%).

	2025	2024
Hipotecários		
N.º empréstimos	1	2
Capital em dívida	78 560,29	84 348,65
Valor médio por associado	78 560,29	42 174,33
Sobre provisões matemáticas		
N.º empréstimos	40	32
Capital em dívida	374 116,76	373 688,02
Valor médio por associado	9 352,92	11 677,75
Totais		
N.º empréstimos	41	34
Capital em dívida	452 677,05	458 036,67
Valor médio por associado	11 040,90	13 471,67

Apresentamos de seguida a variação ocorrida nas imparidades acumuladas em 31/12/2025 e 31/12/2024 as quais respeitam às dívidas não correntes dos associados nos empréstimos hipotecários.

	Saldo em 01-01-2024	Constituições e reforços	Reduções e utilizações	Saldo em 31-12-2024	Constituições e reforços	Reduções e utilizações	Saldo em 31-12-2025
Imparidades dívidas a receber	90 594,57	1 031,72	(8 297,64)	83 328,65	1 077,70	(6 866,06)	77 540,29
	90 594,57	**1 031,72**	**(8 297,64)**	**83 328,65**	**1 077,70**	**(6 866,06)**	**77 540,29**

Nomeadamente:

Empréstimo	Perdas Imparidade Acumuladas 31.12.2024	Constituição / Reforço	Reversões dividas a receber	Perdas Imparidade Acumuladas 31.12.2025
HF/01/10	76 462,59	1 077,70	-	77 540,29
HF/07/03	6 866,06	-	(6 866,06)	-
Total acumulado	83 328,65	1 077,70	(6 866,06)	77 540,29

Os valores em dívida referentes ao empréstimo HF/07/03 foram regularizados de acordo com um plano de pagamento previamente estabelecido o qual terminou em 2025.

O empréstimo HF/01/10 encontra-se em contencioso e a ser acompanhado pelos serviços jurídicos.

No que respeita aos saldos credores, apresentamos de seguida o detalhe a 31/12/2025 e 31/12/2024:

	2025			2024		
	Valor	Corrente	Não corrente	Valor	Corrente	Não corrente
Quotas:						
Plano I a V	71,80	71,80	-	71,60	71,60	-
Rendas vitalícias:						
Plano V e VI	54 566,98	54 566,98	-	86 186,46	86 186,46	-
Plano I e VII	24 062,97	24 062,97	-	20 917,87	20 917,87	-
	78 701,75	**78 701,75**	**-**	**107 175,93**	**107 175,93**	**-**

Com referência a 31 de dezembro de 2025 estes saldos respeitavam:

(i) aos capitais devidos nos planos de benefícios e rendas vitalícias que nesta data se encontravam pendentes de decisão por parte dos associados, 78.629,95 euros e

(ii) a quotizações antecipadamente liquidadas pelos associados e respeitantes a exercícios futuros, 71,80 euros.

11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Apresentamos de seguida a decomposição da conta Estado e Outros Entes Públicos em 31/12/2025 e 31/12/2024:

	2025	2024
IRC - A pagar	2 458,17	711,08
IRS - Retenção de imposto sobre o rendimento	10 381,50	9 895,68
Restantes impostos	305,51	63,21
Contribuições para a Segurança Social	6 747,98	5 794,69
	19 893,16	**16 464,66**

Os saldos acima respeitam a valores retidos ou processados sobre rendimentos referentes ao mês de dezembro de 2025 e regularizados junto das respetivas entidades em janeiro de 2026.

Na rubrica IRS - Retenção de imposto sobre o rendimento, 10.381,50 euros compreende o imposto retido sobre rendimentos de:

(i) Trabalho Dependente, 3.572,00 euros;

(ii) Trabalho Independente, 572,33 euros;

(iii) Capitais (imposto retido sobre rendimentos de planos de benefícios), 5.908,17 euros;

(iv) Rendas Vitalícias, 329,00 euros.

12. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Apresentamos de seguida a decomposição dos Outros Créditos a receber em 31/12/2025 e 31/12/2024:

	2025			2024		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Adiantamentos a fornecedores	70,00	-	70,00	-	-	-
Pessoal	266,97	-	266,97	-	-	-
Juros a receber	154 850,91	-	154 850,91	270 697,07	-	270 697,07
Juros sobre suprimentos AC27	-	-	-	288 814,20	-	288 814,20
Juros sobre prestações acessórias IMO4BUILD	95 469,88	-	95 469,88	181 999,40	-	181 999,40
Juros sobre prestações acessórias Regras Oportunas	1 010 109,59	-	1 010 109,59	303 013,70	-	303 013,70
Outros acréscimos de rendimentos	27 467,43	-	27 467,43	-	-	303 013,70
Outros devedores	500,00	-	500,00	12 969,07	-	12 969,07
	1 288 734,78	**-**	**1 288 734,78**	**1 057 493,44**	**-**	**1 057 493,44**

O saldo da conta Juros a receber, 154.850,91 euros, compreende a especialização dos juros que se vencem em 2026 relativos a:

(i) empréstimos concedidos, 4.573,54 euros;

(ii) depósitos a prazo, 3.684,38 euros;

(iii) obrigações, 140.996,95 euros e

(iv) outros investimentos de rendimento fixo, 5.596,04 euros.

Os Outros Devedores a 31.12.2024 compreendiam essencialmente o valor a ser recebido após o registo do cancelamento das penhoras sobre o imóvel da Av. Almirante Gago Coutinho, 12.454,07 euros. O processo ficou concluído e o valor foi recebido no final do mês de abril de 2025, após dez anos de burocracia e dificuldades criadas pelos Tribunais e Conservatória do Registo Predial.

Apresentamos de seguida a decomposição das Outras Dívidas a pagar em 31/12/2025 e 31/12/2024:

	2025			2024		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Credores por acréscimos de gastos						
Remunerações a pagar ao pessoal	50 375,26	-	50 375,26	48 467,38	-	48 467,38
Seguros a liquidar	912,02	-	912,02	1 530,38	-	1 530,38
Juros a liquidar	-	-	-	1 509,16	-	1 509,16
Outros	111 129,50	-	111 129,50	29 272,00	-	29 272,00
Outros credores	6 723 218,28	-	6 723 218,28	7 259 829,57	-	7 259 829,57
	6 885 635,06	**-**	**6 885 635,06**	**7 340 608,49**	**-**	**7 340 608,49**

As remunerações a pagar ao pessoal compreendem os valores referentes a Férias e Subsídio de Férias de 2025 a pagar aos colaboradores em 2026.

O saldo identificado como "Credores por acréscimos de gastos - Outros", no valor de 111.129,50 euros, respeita essencialmente à especialização de serviços de consultoria externa referentes ao 4.º trimestre de 2025, no valor de 25.000,00 euros e a uma chamada de capital do Fundo de Private Equity Horizon Growth referente a dezembro de 2025, efetuada em janeiro de 2026, no valor de 83.241,55 euros.

O saldo da rúbrica Outros Credores, no valor de 6.723.218,28 euros, respeita ao capital ainda não realizado nos investimentos em Fundos de Private Equity. Este valor foi relevado como passivo corrente de acordo com o definido no Aviso 8259/2015 (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo) e na Circular 7/2016 da CMVM.

13. DIFERIMENTOS

Apresentamos de seguida a decomposição dos diferimentos em 31/12/2025 e 31/12/2024:

	2025	2024
Gastos a reconhecer		
Seguros	29 912,23	7 558,26
	29 912,23	**7 558,26**
Rendimentos a reconhecer	68,22	240,98
	68,22	**240,98**

O saldo da Diferimentos – Seguros respeita essencialmente à especialização dos gastos a reconhecer em 2026 com o Seguro de Saúde de grupo, 25.476,77 euros.

O saldo Rendimentos a reconhecer respeita ao valor dos juros das moratórias de empréstimos a associados incorporados no capital em dívida, cujo valor será reconhecido à medida que as prestações dos novos planos de pagamento se forem vencendo.

14. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A conta de Caixa e Depósitos Bancários em 31/12/2025 e 31/12/2024 detalha-se conforme se segue:

	2025	2024
Caixa	1 100,00	345,00
Depósitos à ordem	196 901,38	271 220,10
Depósitos a prazo	10 000 000,00	2 100 000,00
	10 198 001,38	**2 371 565,10**

O valor registado como depósitos a prazo respeita a 8 depósitos constituídos por aplicação da liquidez existente no final da anuidade e, refira-se, não sendo este volume habitual que resultou, fundamentalmente, do reembolso extraordinário de empréstimos obrigacionistas por decisão dos emitentes e reembolso de Suprimentos e Juros de projectos imobiliários entretanto concluídos sob o final do ano:

Banco	DP	início	fim	Dias	Taxa (%)	Valor
NB	100853374762	07/11/2025	07/11/2026	365	1,70%	1 000 000,00
NB	100856918851	23/12/2025	25/03/2026	92	1,80%	1 000 000,00
NB	100856939027	23/12/2025	24/06/2026	183	1,90%	1 000 000,00
NB	100857364760	30/12/2025	01/07/2026	183	1,90%	1 300 000,00
NB	100857371647	30/12/2025	01/04/2026	92	1,80%	2 000 000,00
NB	100857372035	30/12/2025	01/07/2026	183	1,90%	2 000 000,00
NB	100857373393	30/12/2025	30/12/2026	365	1,95%	1 000 000,00
NB	100857420341	30/12/2025	01/04/2026	92	1,80%	700 000,00
						10 000 000,00

15. FUNDOS PATRIMONIAIS

O MONAF por ser uma Associação Mutualista não tem Capital Social.

Apresentamos de seguida a decomposição dos fundos patrimoniais em 31/12/2025 e 31/12/2024:

		2025	2024
Fundos		247 500,00	247 500,00
Reservas			
Reservas estatutárias		30 635,48	17 954,52
Resultados transitados			
Resultados transitados		582 073,96	341 135,80
	Subtotal	**860 209,44**	**606 590,32**
Resultado líquido do período		59 526,56	253 619,12
	Total	**919 736,00**	**860 209,44**

Conforme deliberado em Assembleia Geral de 26/03/2025, que aprovou o Relatório e Contas do Exercício de 2024 o Resultado Líquido do Exercício, positivo em 253.619,12 euros, foi distribuído da seguinte forma:

(i) 12.680,96 euros para Reserva Geral e;

(ii) o valor remanescente, no montante de 240.938,16 euros, para Resultados Transitados.

Em março de 2026 os Fundos Patrimoniais irão registar, se aprovada pela Assembleia Geral a proposta da Administração, um ajustamento correspondente à aplicação do Resultado Líquido do Exercício, positivo em 59.526,56 euros, dos quais 2.976,33 (5%) serão aplicados em reserva geral, sendo o valor remanescente, no montante de 56.550,23 euros (95%) aplicados em Resultados Transitados.

16. PROVISÕES ESPECÍFICAS

Como habitualmente foi elaborado o estudo anual referente às responsabilidades com Planos de Benefícios e no Balanço Técnico Atuarial referente ao exercício de 2025 por Técnica Atuarial certificada, independente e externa à Instituição e a evolução das Provisões Específicas nos períodos findos em 31/12/2025 e em 31/12/2024 é detalhada conforme se segue:

	Saldo em 01-01-2024	Constituições e reforços	Reduções e utilizações	Saldo em 31-12-2024	Constituições e reforços	Reduções e utilizações	Saldo em 31-12-2025
Provisões matemáticas	85 011 744,58	2 708 415,57	(1 342 305,60)	86 377 854,55	530 185,71	(2 204 369,53)	84 703 670,73
	85 011 744,58	**2 708 415,57**	**(1 342 305,60)**	**86 377 854,55**	**530 185,71**	**(2 204 369,53)**	**84 703 670,73**
Valor líquido do período			**1 366 109,97**			**(1 674 183,82)**	

As Provisões Matemáticas apresentam-se distribuídas da seguinte forma:

	2025	2024
Plano I – Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Invalidez	22 311 057,56	22 129 127,86
Plano II – Pensão ao cônjuge sobrevivo de Associado falecido	37 080,62	41 201,42
Plano III – Pensão aos filhos de Associado falecido	4 747,80	4 865,88
Total da Provisão para Planos de Previdência	**22 352 885,98**	**22 175 195,16**
Plano V – Capitas de Previdência com Valor de Resgate	3 468 223,87	3 831 466,16
Plano VI – Capitais a Quota Única Reembolsáveis por Morte	11 986 419,12	13 722 401,13
Plano VII – MONAF Jovem	-	-
Total da Provisão para Planos de Capitalização	**15 454 642,99**	**17 553 867,29**
Plano I – Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Invalidez	46 704 069,36	46 476 793,63
Plano II – Pensão ao cônjuge sobrevivo de Associado falecido	189 340,75	167 630,97
Total da Provisão para Rendas Vitalicias em Pagamento	**46 893 410,11**	**46 644 424,60**
Plano III – Pensão aos Filhos de Associado falecido	-	-
Plano VII – MONAF Jovem	2 731,65	4 367,50
Total da Provisão para Rendas Temporárias em Pagamento	**2 731,65**	**4 367,50**
Total	**84 703 670,73**	**86 377 854,55**

E a sua variação por planos de benefícios apresenta o seguinte desdobramento:

	PLANOS DE BENEFÍCIOS						
	PL I	PL II	PL III	PL V	PL VI	PL VII	TOTAL
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	**2 609 203,26**	**2 575,49**	**4 907,04**	**1 637 060,42**	**2 597 765,17**	**-**	**6 851 511,38**
Quotizações e Jóias	2 481 964,13	2 461,30	4 754,69	1 618 884,99	2 567 137,39	-	6 675 202,50
Serviços Secundários	127 239,13	114,19	152,35	18 175,43	30 627,78	-	176 308,88
PRESTAÇÕES ASSOCIADOS DAS MUTUALIDADES	(5 596 592,53)	(34 057,26)	-	(2 349 405,44)	(4 932 894,87)	(1 729,44)	(12 914 679,54)
RESULTADO BRUTO	(2 987 389,27)	(31 481,77)	4 907,04	(712 345,02)	(2 335 129,70)	(1 729,44)	(6 063 168,16)
OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS	**(381 128,86)**	**(17 561,27)**	**170,88**	**380 858,03**	**1 763 935,50**	1 635,85	**1 747 910,13**
Variação Provisão Específica do Sector	(409 205,43)	(17 588,98)	118,08	363 242,29	1 735 982,01	1 635,85	1 674 183,82
Financiamentos concedidos - Juros	10 697,00	10,56	20,12	6 711,48	10 650,10	-	28 089,26
Financiamentos concedidos - Imparidade	2 204,33	2,18	4,15	1 383,04	2 194,67	-	5 788,36
Outros	15 175,24	14,98	28,54	9 521,22	15 108,72	-	39 848,69
GASTOS ADMINISTRATIVOS	(335 699,55)	(331,36)	(631,34)	(210 623,86)	(334 227,93)	-	(881 514,04)
OUTROS GASTOS OPERACIONAIS	(746,83)	(0,74)	(1,40)	(468,57)	(743,56)	-	(1 961,10)
Outros	(746,83)	(0,74)	(1,40)	(468,57)	(743,56)	-	(1 961,10)
RESULTADO OPERACIONAL	(3 704 964,51)	(49 375,14)	4 445,18	(542 579,42)	(906 165,69)	(93,59)	(5 198 733,17)
GASTOS DE FINANCIAMENTO LÍQUIDO	(6 858,87)	(6,77)	(12,90)	(4 303,38)	(6 828,80)	-	(18 010,72)
RENDIMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS	**4 301 019,34**	**14 110,57**	**295,88**	**216 139,54**	**746 993,05**	**170,24**	**5 278 728,62**
Resultados Imputados a Subsidiárias, Assoc. e EC	8 195,10	26,89	0,56	411,83	1 423,31	0,32	10 058,01
Rendimentos	1 958 183,77	6 424,31	134,71	98 404,80	340 093,72	77,51	2 403 318,82
Imparidades e JV	2 932 901,76	9 622,12	201,76	147 387,40	509 380,93	116,09	3 599 610,05
Cambial	(460 127,72)	(1 509,56)	(31,65)	(23 122,84)	(79 914,13)	(18,21)	(564 724,12)
Outros	(138 133,57)	(453,18)	(9,50)	(6 941,64)	(23 990,78)	(5,47)	(169 534,14)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTO	589 195,96	(35 271,34)	4 728,16	(330 743,26)	(166 001,44)	76,65	61 984,73
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	(936,12)	(0,92)	(1,76)	(587,34)	(932,02)	-	(2 458,17)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO - 2025	588 259,83	(35 272,26)	4 726,40	(331 330,60)	(166 933,46)	76,65	59 526,56
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO - 2024	3 275 331,03	(1 171,31)	5 671,46	(786 085,13)	(2 241 218,51)	1 091,58	253 619,12

17. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

	2025	2024
Financiamentos Obtidos		
Locação Financeira	26 540,25	-
	26 540,25	**-**

A linha de financiamento de M/L prazo 2021/2025 celebrada em com o Novo Banco foi liquidada na sua totalidade no início de fevereiro de 2024 (2.000.000,00 euros) mantendo-se contratualizada uma linha de conta corrente caucionada, para apoio a tesouraria, no valor de 4.000.000,00 euros.

Esta conta, quando utilizada, vence juros mensais à taxa Euribor a 1 mês acrescida de um spread de 0,6%, encontrando-se ainda isenta de comissão de imobilização. Com referência a 31/12/2025 não existiam valores em dívida.

Servem como garantia destes financiamentos os seguintes títulos:

Título	ISIN	Quantidade	Cotação 31/12/25	Valor 31/12/25
US TREAS 1,875% 15/11/51	US912810TB44	4 500 000	47,194%	2 123 736,70
US TREAS 1,875% 2051	US912810SU34	1 600 000	47,699%	763 191,49
DEUTSCHE BANK AG 6,75%	DE000DL19WG7	1 000 000	104,369%	1 043 690,00
FRTR 0,5% 2040	FR0013515806	800 000	62,433%	499 464,00
CRLPL 8,375%	PTCCCMOM0006	500 000	103,135%	515 675,00
				4 945 757,19

Serviam ainda como garantia 1.000.000 euros (VN) obrigações CMZB 6.125% (XS2189784288) as quais já não estavam em carteira a 31/12/25 (por reembolso antecipado pelo emitente) tendo sido substituídas, já no início de 2026, por 900.000 euros (VN) obrigações BCP 4% (PTBCPGOM0067).

O saldo em dívida, no valor de 26.540,25 euros, respeita a um contrato de locação financeira celebrado com o Novobanco para aquisição de uma viatura (vide nota 7). Deste valor 3.763,72 euros irão vencer-se no curto prazo (passivo corrente) e 22.776,53 euros no médio ou longo prazo (passivo não corrente).

18. FORNECEDORES

Apresentamos de seguida a decomposição dos fornecedores em 31/12/2025 e 31/12/2024:

	2025			2024		
	Corrente	**Não corrente**	**Total**	**Corrente**	**Não corrente**	**Total**
Fornecedores	4 452,24	-	4 452,24	9 796,26	-	9 796,26
	4 452,24	**-**	**4 452,24**	**9 796,26**	**-**	**9 796,26**

O saldo respeita a valores em dívida a 31/12/2025 e regularizados em janeiro e fevereiro de 2026

MONAF 48

19. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Os Vendas e Serviços prestados pelo MONAF em 31/12/2025 e em 31/12/2024 são detalhados da seguinte forma:

	2025	2024	Variação	%
Serviços prestados				
Quotizações	6 675 202,50	4 662 562,15	2 012 640,35	43,2
Receitas Administrativas	101 728,05	86 230,48	15 497,57	18,0
Outros	74 667,58	91 708,67	(17 041,09)	(18,6)
	6 851 598,13	**4 840 501,30**	**2 011 096,83**	**41,5**

Os Serviços prestados ascendem, com referência a 31 de dezembro de 2025, a 6.851.598,13 euros, dos quais 6.675.202,50 euros respeitam a quotizações e 101.728,05 euros a Receitas Administrativas.

A rúbrica, Outros, no valor de 74.667,58 euros, compreende essencialmente:

(i) Quota administrativa sobre as rendas, 69.088,60 euros e

(ii) Planos da anuidade anterior que apenas tiveram a sua resolução em 2025, 5.483,37 euros.

Apresentamos o detalhe das quotizações:

	2025	2024	Variação	%
Quotizações				
Plano I	2 481 964,13	1 762 675,32	719 288,81	40,8
Plano II	2 461,30	2 482,08	(20,78)	(0,8)
Plano III	4 754,69	5 330,29	(575,60)	(10,8)
Plano V	1 618 884,99	1 675 528,96	(56 643,97)	(3,4)
Plano VI	2 567 137,39	1 216 545,50	1 350 591,89	111,0
	6 675 202,50	**4 662 562,15**	**2 012 640,35**	**43,2**

	2025	2024	Variação	%
Receitas administrativas				
Plano I	57 666,09	54 474,54	3 191,55	5,9
Plano II	114,19	116,28	(2,09)	(1,8)
Plano III	152,35	178,40	(26,05)	(14,6)
Plano V	18 124,11	19 295,80	(1 171,69)	(6,1)
Plano VI	25 671,31	12 165,46	13 505,85	111,0
	101 728,05	**86 230,48**	**15 497,57**	**18,0**
Total de Quotizações				
Plano I	2 539 630,22	1 817 149,86	722 480,36	39,8
Plano II	2 575,49	2 598,36	(22,87)	(0,9)
Plano III	4 907,04	5 508,69	(601,65)	(10,9)
Plano V	1 637 009,10	1 694 824,76	(57 815,66)	(3,4)
Plano VI	2 592 808,70	1 228 710,96	1 364 097,74	111,0
	6 776 930,55	**4 748 792,63**	**2 028 137,92**	**42,7**

Por comparação com o valor registado em 2024 o total das quotizações aumentou 2.028.137,92 euros (42,7%). Esta variação decorre essencialmente de se ter registado um significativo acréscimo das quotizações do Plano I e do Plano VI.

Nos Planos I a V, verificou-se um aumento médio de 19,21%, representando, em valores absolutos, mais 662.048,46 euros, destacando-se conforme referido o Plano I com um aumento de 719.288,81 euros (+40,8%). Os Planos VI registaram subscrições num total de 2.567.137,39 euros o que, quando comparado com os valores registados na anuidade transata, representa um aumento muito significativo de, 1.350.591,89 euros (+111%).

As receitas administrativas de gestão apresentaram um aumento de 15.497,57 euros que se deve fundamentalmente, ao aumento do valor das quotizações registadas neste exercício.

20. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Apresentamos de seguida a decomposição dos Fornecimentos e Serviços Externos em 31/12/2025 e 31/12/2024:

	2025	2024
Trabalhos especializados	301 306,26	231 180,40
Publicidade e propaganda	4 033,35	6 228,80
Vigilância e segurança	2 066,40	2 427,98
Honorários	13 508,50	18 130,16
Comissões	5 605,51	6 378,27
Conservação e reparação	1 304,60	1 910,88
Serviços bancários	48 746,43	45 427,14
Outros serviços especializados	34 253,98	8 933,12
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	-	169,06
Livros de documentação técnica	125,88	99,98
Material de escritório	3 399,69	6 303,61
Artigos para oferta	609,80	-
Outros serviços	267,54	286,36
Combustíveis	1 656,14	1 324,30
Deslocações e estadas	12 332,79	16 082,52
Rendas e alugueres	2 926,92	5 594,68
Comunicação	4 705,16	8 671,99
Seguros	14 768,29	25 572,37
Despesas de representação	20 365,86	4 328,70
Limpeza, higiene e conforto	2 272,03	2 594,45
Outros serviços	3 784,33	887,84
	478 039,46	**392 532,61**

Os Fornecimentos e Serviços Externos registaram um aumento de 85.506,85 euros (21,8%) face ao exercício de 2024 na sua maioria relacionados com o início da prestação de serviços de consultoria de gestão e outros serviços especializados, sendo de referir ainda que nesta anuidade se comemoraram os 40 anos da nossa fundação o que incrementou os custos de diferentes rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos.

As principais rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos são:

- Trabalhos Especializados, 301.306,26,40 euros;

- Serviços Bancários, 48.746,43 euros (na sua maioria relacionados com comissões sobre operações com ativos financeiros, totalizando 44.291,14 euros em 2025 e 45.242,52 euros em 2024);

A rubrica Trabalhos Especializados compreende os custos suportados com:

	2025	2024	Variação	%
Coordenação, Gestão e Assessoria Económica	73 800,00	73 800,00	-	-
Coordenação e Consultoria Gestão	55 202,40	-	55 202,40	-
Coordenação e Consultoria Comercial	20 018,25	24 077,00	(4 058,75)	(16,86)
Revisores Oficias de Contas	16 974,00	14 760,00	2 214,00	15,00
Informática	12 693,98	14 089,70	(1 395,72)	(9,91)
Consultoria Financeira (Heed Capital)	95 908,30	97 478,13	(1 569,83)	(1,61)
Consultoria Jurídica	5 030,39	-	5 030,39	-
Consultoria de Avaliação Médica	1 761,55	2 842,98	(1 081,43)	(38,04)
Outros	19 917,39	4 132,59	15 784,80	381,96
	301 306,26	**231 180,40**	**70 125,86**	**30,33**

21. GASTOS COM O PESSOAL E BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

	2025	2024
Remunerações do pessoal	299 321,35	296 907,08
Beneficios pós-emprego	10 936,80	10 820,80
Encargos sobre remunerações	59 996,62	58 646,90
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	1 512,02	1 512,03
Outros gastos com o pessoal	25 324,43	21 425,40
	397 091,22	**389 312,21**

Os Gastos com o Pessoal registaram uma variação positiva em 7.779,01 euros (2,0%). Este aumento decorre essencialmente da atualização salarial dos colaboradores.

A rubrica de Outros Gastos com o Pessoal compreende, essencialmente, os gastos suportados com o Seguro de Saúde 24.507,60 euros (20.838,68 euros em 2024) para os colaboradores e agregados familiares, parte integrante da política de responsabilidade social da Instituição.

O quadro de pessoal da instituição é constituído por 9 colaboradores.

Verifica-se assim que os Gastos da Gestão Administrativa no MONAF representaram 880.489,71 euros na anuidade (782.669,19 euros em 2024) conforme indicado no quadro seguinte:

Gastos gestão administrativa	2025	2024
Fornecimentos e Serviços Externos	(478 039,46)	(392 532,61)
Gastos com o Pessoal	(397 091,22)	(389 312,21)
Gastos de depreciação e Amortização	(5 002,86)	(824,37)
	(880 133,54)	(782 669,19)

Já o total das receitas da mesma natureza, ou seja, as Receitas Administrativas cobradas via quotizações dos planos em formação (101.728,05 euros) e pagamento das rendas vitalícias (69.172,75 euros) atingiram o montante de 170.900,80 euros.

Resultados gestão administrativa	2025	2024
Gastos administrativos	(880 133,54)	(782 669,19)
Receitas administrativas	170 900,80	152 672,53
	(709 232,74)	(629 996,66)
Custo líquido da gestão adm. em % ativos geridos	0,83%	0,76%

Gerir o MONAF no relacionamento e satisfação das necessidades e solicitações dos seus 3.479 associados efetivos, dos quais 1.253 pensionistas com rendas vitalícias mensais em pagamento, com os seus 9 colaboradores efetivos, os consultores e especialistas nas áreas comerciais, financeiras, atuarial, jurídica, solicitador, revisor oficial de contas etc., a que acrescem os custos relacionados com as suas instalações e equipamentos, sistemas informáticos, seguros, deslocações etc., foi feito com custos da gestão administrativa que representaram apenas 0,83% (no ano em curso), do património sob gestão (85,9M€ no inicio da anuidade) ano em que o MONAF alcançou uma rentabilidade de 7,1% sobre os seus ativos, conforme já referido anteriormente.

Como se entenderá e reconhecerá analisando o que são os custos de gestão em qualquer sociedade gestora de fundos de pensões (com idêntica natureza no que se refere ao funcionamento e objetivos) ou em sociedades de gestão de ativos financeiros, tem o MONAF conseguido uma fortíssima eficiência e produtividade na gestão da instituição com custos muito abaixo dos que são gerados e habituais no sector.

22. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica Outros Rendimentos decompõe-se da seguinte forma:

	2025	2024
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos e ganhos em subsidiárias - MEP	10 158,01	4 012,19
Diferenças de câmbio favoráveis	36 846,77	389 565,14
Alienações		
Títulos detidos até à maturidade	4 105,00	17 535,75
Em carteiras com operadores Divs	-	66 295,30
Noutros Investimentos - Coleção Numismática	81 190,39	-
Correções relativas a exercícios anteriores	147,60	11 950,50
Consignação fiscal	35 590,44	39 881,51
Outros	4 171,50	603,16
	172 209,71	529 843,55
Juros, dividendos e outros rendimentos		
Juros obtidos		
Depósitos	6 243,17	1 089,04
Obrigações	719 397,78	869 949,28
De Financiamentos Concedidos	28 089,26	20 660,71
Outros	8 104,90	9 613,93
Rendimentos Similares	1 585 597,58	1 631 053,18
	2 347 432,69	2 532 366,14
	2 519 642,40	**3 062 209,69**

No cômputo geral, esta rubrica apresenta uma diminuição de 542.567,29 euros face aos valores apresentados em 2024.

Os Outros Rendimentos e Ganhos registaram uma diminuição de 357.633,84 euros que decorre essencialmente de, no exercício anterior, se terem registados ganhos cambiais significativos nos títulos em moeda estrangeira (usd) em carteira (389.565,14 euros em 2024 face a 36.846,77 euros em 2025).

Nos Juros, Dividendos e Outros Rendimentos obtidos verifica-se uma diminuição de 184.933,45 euros. Esta variação decorre essencialmente da redução dos juros obtidos em obrigações (869.949,28 euros em 2024 face a 719.397,78 euros em 2025).

A rubrica Rendimentos Similares, com um saldo de 1.585.597,58 euros, compreende: (i) Juros sobre suprimentos e prestações acessórias, 1.062.262,79 euros (1.308.219,53 euros em 2024) e (ii) Rendimentos de Fundos, 523.334,79 euros (322.833,65 euros em 2024), dos quais 426.265,40 euros relativos ao Fundo OXY II.

23. OUTROS GASTOS

Apresentamos de seguida a conta Outros Gastos em 31/12/2025 e 31/12/2024:

	2025	2024
Subsidiárias, associadas e Emp. Conjuntos	100,00	66 933,88
Diferenças de câmbio desfavoráveis	772 425,03	258 232,96
Gastos em Investimentos não Financeiros		
Alienações	127,74	-
Correcções relativas a exercícios anteriores	1 528,10	0,51
Donativos	1 250,00	1 700,00
Quotizações	240,00	240,00
Outros gastos	85,15	0,05
Custos com associados	12 914 679,54	11 181 517,97
	13 690 435,56	**11 508 625,37**

Esta conta apresenta um aumento de 2.181.810,19 euros (18,96%) face a 2024, justificada essencialmente pela variação dos Custos com Associados, 1.733.161,57 euros (15,50%) em resultado do maior volume de capitais de Planos VI vencidos e do aumento das diferenças cambiais desfavoráveis face às reconhecidas no exercício anterior, 514.192,07 euros.

Apresentamos de seguida a decomposição dos Custos com Associados:

Custos com associados	2025	2024
Pensões de sobrevivência		
Plano II	34 057,26	33 076,92
	34 057,26	33 076,92
Capitais vencidos em vida		
Plano V	2 349 405,44	2 301 549,96
Plano VI	3 744 574,32	3 248 684,98
	6 093 979,76	5 550 234,94
Capitais vencidos por morte		
Plano I	625,00	719,28
Plano VI	1 188 320,52	175 624,99
	1 188 945,52	176 344,27
Rendas vitalícias		
Plano I	5 595 947,27	5 417 750,65
	5 595 947,27	5 417 750,65
Rendas temporárias		
Plano VII	1 729,44	3 689,17
	1 729,44	3 689,17
Outros custos com associados	20,29	422,02
	12 914 679,54	**11 181 517,97**

Relativamente aos Custos com as modalidades há a registar:

Pensões de Sobrevivência - Plano II

Aos cônjuges de associados já falecidos (14) associados liquidaram-se, 34.057,26 euros.

Capitais vencidos em vida Planos V e VI

Os Capitais vencidos nestes Planos de Benefícios registados por 6.093.979,76 euros apresentaram este ano um acréscimo de 543.744,82 euros (9,80%), dos quais 47.855,48 euros (2,08%) no Plano V e 495.889,34 euros (15,26%) no Plano VI.

No que concerne aos Planos VI é importante referir que na anuidade em apreço venceram-se 1.198 Planos (961 em 2024) num valor total de 11.882.175,30 euros (8.826.935,07 euros em 2024).

Deste valor total apenas 3.744.574,32 euros foram contabilizados como capitais vencidos em vida, dos quais 2.577.574,07 euros foram para pagamento aos Associados, 193.486,43 euros destinaram-se a amortizações de empréstimos, 158.967,34 euros para reforços de rendas do Plano I e pagamento de quotas e 763.397,60 euros para constituição de novos Planos VI.

Existiam 4 planos pendentes de decisão ou de pagamento ao associado, 51.148,88 euros, entretanto resolvidos no início de 2026.

Rendas vitalícias em pagamento

Nas rendas mensais vitalícias em pagamento (Plano I), que cresceram 3,29%, foram liquidados 5.595.947,27 euros a 1.253 associados os quais representam em termos médios, cerca de, 4.466 euros anuais por associado, ou, se quisermos, 372 euros/mês como "complemento de reforma" o que, mesmo em termos médios se considera de acrescida relevância no contexto atual do valor das pensões de reforma em Portugal.

É o reflexo do papel de relevo que o MONAF assume na área da previdência complementar privada dos farmacêuticos e seus associados em geral.

Rendas temporárias

Já nas rendas temporárias do Plano VII foram pagos a 4 beneficiários, 1.729,44 euros.

24. DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

As Depreciações e Amortizações do exercício registadas em 31/12/2025 e 31/12/2024 foram as seguintes:

	2025	2024
Ativos fixos tangíveis		
Equipamento de transporte	3 896,49	-
Equipamento administrativo	1 070,97	824,37
	4 967,46	**824,37**
Ativo intangíveis		
Programas de computador	35,40	-
	35,40	**-**
	5 002,86	**824,37**

25. Juros de Empréstimos

Os juros suportados no exercício registados em 31/12/2025 e 31/12/2024 foram os seguintes:

	2025	2024
Juros suportados	18 268,93	70 725,94
	18 268,93	**70 725,94**

O saldo desta rubrica compreende essencialmente os custos suportados com os juros de financiamentos obtidos pela utilização da conta corrente caucionada, 18.010,78 euros.

A variação face a igual período de 2024 deve-se à amortização do financiamento de M/L prazo em fevereiro de 2024, à diminuição dos fluxos de utilização da conta corrente caucionada e à descida das taxas Euribor. Em termos comparativos e como exemplo a Euribor a 1 mês a 31.12.25 era de 1,939% e a 31.12.24 situava-se em 2,845%.

26. Acontecimentos após a data do balanço

Pela INVESTAC S.A. foi rececionada uma carta em fevereiro de 2026 dando conhecimento da oposição dos investidores em assinarem o acordo que, por decisão unilateral da Sociedade, considerava o reembolso dos suprimentos, prévios ao pagamento dos juros. Neste sentido, o pagamento efetuado em agosto de 2025, no valor de 187.976,67 euros, enquadra-se no âmbito do acordo parassocial e de investimento estabelecido entre as partes que define que os juros devem ser liquidados antes da devolução dos suprimentos. Esta instrução contrariou a recebida em 2024 que expressamente indicava que o pagamento então efectuado deveria ser contabilizado a título de devolução de Suprimentos.

Desde a data de fecho do período e até à presente data não ocorreram outros factos relevantes que, de qualquer forma, alterem a situação líquida apresentada e justifiquem menção específica.

27. Divulgações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Paula Alexandra Soares Sá

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luís Miguel de Figueiredo Silvestre (Presidente)

Raquel Barreiros Faria Sampaio (Vice-Presidente)

Célia Sofia Gomes Salvado Boavida (Vogal)

Sónia Maria da Silva Pereira de Sousa (Vogal)

Pedro Miguel Dias Vaz (Vogal)

Lisboa, 26 de fevereiro de 2026

PATRIMÓNIO SOB GESTÃO AFECTO AOS FUNDOS PERMANENTES A 31 DEZEMBRO 2025

Organismos de Investimento Coletivo (OIC's)	Total	PL I	PL II	PL III	PL V	PL VI	PL VII
Ações e Fundos de Ações	13 312 635	10 846 912	35 586	746	545 091	1 883 871	429
Fundos de Investimento Mistos e Hedge Funds	8 122 554	6 618 121	21 712	455	332 581	1 149 423	262
Obrigações e Fundos de Obrigações	4 048 040	3 298 275	10 821	227	165 749	572 838	131
Alternativos	547 731	446 282	1 464	31	22 427	77 509	18
Commodities	460 774	375 431	1 232	26	18 867	65 204	15
Outros	-34	-28	0	0	-1	-5	0
Liquidez	1 111 510	905 639	2 971	62	45 511	157 290	36
Subtotal	**27 603 211**	**22 490 632**	**73 786**	**1 547**	**1 130 224**	**3 906 131**	**890**

Alternativos	Total	PL I	PL II	PL III	PL V	PL VI	PL VII
Infraestrutura	7 340 184	5 980 659	19 621	411	300 547	1 038 710	237
Private Equity	17 040 191	13 884 061	45 550	955	697 717	2 411 358	550
Venture Capital	783 912	638 718	2 095	44	32 098	110 931	25
Subtotal	**25 164 287**	**20 503 438**	**67 267**	**1 410**	**1 030 361**	**3 560 999**	**812**

Fundos Imobiliários/Outros Imobiliário	Total	PL I	PL II	PL III	PL V	PL VI	PL VII
FI Aberto	2 063 492	1 681 299	5 516	116	84 490	292 005	67
Imobiliário_Participação de capital	389 976	317 746	1 042	22	15 968	55 186	13
SPV's Imobiliários	8 023 989	6 537 811	21 449	450	328 545	1 135 475	259
Subtotal	**10 477 457**	**8 536 856**	**28 007**	**587**	**429 003**	**1 482 665**	**338**

Obrigações	Total	PL I	PL II	PL III	PL V	PL VI	PL VII
Obg_EUR_Não Cotadas	2 199 995	1 792 519	5 881	123	90 080	311 321	71
Obg_EUR_Cotadas	3 349 666	2 729 252	8 954	188	137 153	474 011	108
Obg_Moeda Estrang._Cotadas	3 479 907	2 835 370	9 302	195	142 486	492 442	112
Subtotal	**9 029 568**	**7 357 140**	**24 137**	**506**	**369 719**	**1 277 774**	**291**

Outros Investimentos	Total	PL I	PL II	PL III	PL V	PL VI	PL VII
Numismática	510 036	415 569	1 363	29	20 884	72 175	16
Produto Estruturado com Capital Garantido	851 064	693 433	2 275	48	34 847	120 434	27
Outros	1 243 117	1 012 871	3 323	70	50 900	175 914	40
Empréstimos Associados	375 137	305 655	1 003	21	15 360	53 086	12
Subtotal	**2 979 354**	**2 427 528**	**7 964**	**167**	**121 991**	**421 608**	**96**

Depósitos Bancários	Total	PL I	PL II	PL III	PL V	PL VI	PL VII
Depósitos a Prazo	10 000 000	8 147 832	26 731	561	409 454	1 415 100	322
Subtotal	**10 000 000**	**8 147 832**	**26 731**	**561**	**409 454**	**1 415 100**	**322**

	Total	PL I	PL II	PL III	PL V	PL VI	PL VII
	85 253 876	**69 463 425**	**227 892**	**4 779**	**3 490 752**	**12 064 279**	**2 749**

valores em euros

BASES TÉCNICAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS DO MONAF

Planos I; II; III; V; VI; VII				
	até 31-Dez-1997	01-Jan-1998 a 30-Jun-2004	01-Jul-2004 e 31-Dez-2017	após 01-Jan-2018
Tábua de Mortalidade	PM 60G	PP 79/82	PF94 e PM94	INE 2010-2012 Male/Female
Tábua de Invalidez	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann
Taxa Técnica de Juro	4%	2%	2%	1%
Plano I - Entregas Únicas com e sem Contrasseguro				
		01-Jan-2014 a 31-Ago-2016	após 01-Set-2016	
Tábua de Mortalidade (renda)		PF 94	INE 2010-2012 Female	
Tábua de Mortalidade (risco)		PM 94	INE 2010-2012 Male	
Taxa Técnica de Juro		2%	1%	

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Ana Alexandra Soares Sé

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luís Miguel de Figueiredo Silvestre (Presidente)

Raquel Barreiros Faria Sampaio (Vice-Presidente)

Célia Sofia Gomes Salvado Boavida (Vogal)

Sónia Maria da Silva Pereira de Sousa (Vogal)

Pedro Miguel Dias Vaz (Vogal)

Lisboa, 26 de fevereiro de 2026